



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 087

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Marcos Isfer
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**Ato da Presidência:****ATO DO PRESIDENTE Nº 13/2003**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno.

**D E C L A R A :**

Constituída a Comissão Parlamentar Especial do Litoral Paranaense, composta pelos deputados Geraldo Cartário e Nelson Justus, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado em 22 de outubro de 2003, com o objetivo de atuar em defesa dos municípios litorâneos do Estado do Paraná, com trabalhos até o final da presente legislatura.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
27 DE OUTUBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Plauto Miró Guimarães e Reni Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes os senhores deputados Nereu Moura, Luiz Nishimori e

Vanderlei Iensen (03), de acordo com o artigo 61, do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:****Ofício:****OFÍCIO Nº 473/2003**

Curitiba, 27 de outubro de 2003.

Senhor Presidente:

Em virtude de convite formulado a este parlamentar, na qualidade de presidente da Comissão de Turismo desta Casa, pelo Exmo. Sr. secretário de Estado do Turismo, Cláudio Rorato, para participarmos, no próximo dia 29 de outubro do corrente, em Brasília, de reunião com deputados federais do Estado do Paraná e representantes do trade turístico paranaense, objetivando inclusão de emendas ao orçamento da união e proposta para incrementos em favor do setor, vimos solicitar a autorização do douto Plenário visando a nossa participação no referido evento.

Na oportunidade renovamos as nossas homenagens de consideração e respeito.

Atenciosamente.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**Indicação:****INDICAÇÃO Nº 116/2003**

Ao Exmo. Sr. governador do Estado:

O deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Autoriza o governo do Estado do Paraná a transferir para o domínio do município de Ponta Grossa, o Parque Estadual de Vila Velha.

2 - A presente autorização abrange todos os atos necessários à doação da área bem como àqueles destinados à transferência de bens móveis necessários à administração e exploração do referido Parque.

3 - Efetuada a transferência, o governo do Estado e o município de Ponta Grossa conjugarão esforços no sentido da preservação do local.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O Parque Estadual de Vila Velha foi criado em 1953 pela Lei nº 2.192 e tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, em 1966. Compreende o conjunto de Arenitos, as Furnas e a Lagoa Dourada.

Abriga fauna variada e típica da região dos Campos Gerais tais como lobos-guarás, quatis, gatos do mato, iraras, catetos, tamanduás, bem como aves diversas.

Embora situado a poucos quilômetros do centro da cidade de Ponta Grossa, esse importante local de preservação e ponto turístico do Estado parece aos pontagrossenses, presente caro da natureza, todavia quase inacessível. O fato de pertencer ao governo do Estado reflete psicologicamente nas pessoas fazendo com que se refiram ao local como parte não integrante de seu território.

O povo pontagrossense perde a cada dia a sensação de que este bem natural lhe pertence. É imprescindível reverter tal situação.

Os espaços ambientais quando não considerados como patrimônio do cidadão, tendem a transformar-se em depósitos de lixo ou serem relegados ao abandono e ao descaso.

Assim, a presente indicação visa resgatar a sensação de pertencimento ao povo de Ponta Grossa, com este lugar que em tudo reflete sua gente, seja na firmeza dos arenitos frente às forças da natureza que pode comparar-se à garra do povo em frente a tantas adversidades, o dourado da lagoa, às inúmeras riquezas produzidas pelo trabalho e as profundezas de furnas, à grandeza de espírito e a força da fé num futuro melhor.

A proteção ao meio ambiente não será afetada com a transferência, uma vez que frente à legislação nacional, todas as três esferas de poder possuem competência concorrente nesta questão.

A municipalização do Parque determinará que o local deixe de ser visto como “coisa de ninguém”, passando a ser patrimônio comum ao povo, para ser amado, cuidado, explorado, estudado, passando a integrar o patrimônio pessoal de cada um.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

### REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 02 Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 404/2003, de minha autoria e constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO Nº 2454

Senhor Presidente:

O deputado Tadeu Veneri, através do líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, em conformidade com o artigo 94, parágrafo 6º do Regimento Interno desta Casa, a retirada de pauta, por três Sessões, do Projeto de Lei nº 016/2003, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O autor do projeto de lei, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de propostas de obras e serviços estaduais de grande vulto, que entrou na pauta da Ordem do Dia de hoje, encontra-se realizando diligências da CPI da Copel, da qual é relator, no Rio de Janeiro, por este motivo, requer a retirada de pauta do projeto, para dar oportunidade de estar presente no dia da discussão em Plenário.

### REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das Emendas do Projeto de Lei nº 583/2003, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2004, e do Projeto de Lei nº 584/2003, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o exercício de 2004 a 2007 até o dia 06 de novembro de 2003.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

### REQUERIMENTO Nº 2455

Senhor Presidente:

O deputados da Bancada Evangélica com assento nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, a devida autorização para a mudança do dia e horário da realização dos cultos evangélicos que se realizam no Auditório Deputado Leovigildo Salles, no sub-solo do edifício Tancredo Neves, conforme segue: atualmente os cultos são às quarta-feiras às 09h30min, e, a partir desta data, serão às quintas-feiras, das 10h às 11h.

Nestes termos, pedem deferimento.  
Sala das Sessões, em 27.10.2003.  
(aa) ARTAGÃO JÚNIOR  
PASTOR EDSON PRACZY  
AILTON ARAÚJO

#### REQUERIMENTO Nº 2436

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Exmo. Sr. José Nilson Zgoda, digníssimo prefeito municipal de Espigão Alto do Iguaçu, pelo excelente conceito perante a Controladoria Geral da União, ligado à Presidência da República.

Requer, ainda, seja dado ciência ao homenageado, enviando correspondência, através da Prefeitura Municipal, CEP: 85.465-000, Espigão Alto do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Técnicos da Controladoria Geral da União, órgão ligado à Presidência da República, realizaram uma minuciosa auditoria fiscal nas contas de cinquenta prefeituras municipais. Dentre todos os executivos fiscalizados, apenas Espigão Alto do Iguaçu e outro município paulista receberam atestado de boa administração, fato que realça o Estado do Paraná e engrandece a classe política.

Como deputado estadual e autor da lei que criou o município de Espigão Alto do Iguaçu, sinto-me lisonjeado com o atestado de idoneidade, conferido ao prefeito José Nilton Zgoda, demonstrando a seriedade de sua administração, embasada nos conceitos de honestidade e responsabilidade, dando respaldo à confiança depositada pela população espigãoense.

#### REQUERIMENTO Nº 2437

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Munhoz de Mello, pela passagem, no próximo dia 03 de novembro/2003, do 47º aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Celso da Silva, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. José Gomes, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A primeira denominação do município de Munhoz de Mello foi Gleba Interventor Manoel Ribas. O nome foi homenagem prestada por seu filho Gustavo Ribas, dono

da gleba, ao eminente político Manoel Ribas, que havia governado o Paraná por 13 anos. Quando mais tarde, optou-se pelo nome atual, a família Ribas mostrou-se magoada, mas nada pode fazer, pois foi questão meramente política a troca de nomes.

Os primeiros a se estabelecerem na Gleba Interventor, ainda na década de quarenta, foram as famílias de Antonio Liberato e seus filhos Ângelo e Vicente. Contemporaneamente vieram as famílias de Sebastião Roberto e os Moreira (Vergílio, José e Arthur). Os “Roberto” estabeleceram-se na saída de Astorga, e os “Moreira” na saída de Santa Fé. Em 1948, chegou na Gleba Interventor João Matheus Neto e família, vindos de Uberaba, mas que já haviam passado, dentre outros lugares por Astorga e Santa Zélia. João Matheus trouxe seu irmão Antônio Matheus Tinoco, que na época tinha apenas 18 anos. Tinoco, como é conhecido, é profundo conhecedor da história do lugar, e quando chegou em Munhoz de Mello existiam apenas algumas casinhas, entremeadas de carreadores e tocos de peroba.

Segundo o pioneiro Tinoco, o primeiro ônibus chegou na cidade em 1949 vindo de Astorga e era chamado de Égua Branca. Dentre os muitos moradores do lugar ainda destacam-se as famílias de Olivério Bahls, Arthur Moreira, João Mathias, Ricardo Daleski, Raimundo Pedro de Souza, Jorge Ricardo de Lima, Hidalgo, Gímenes e outros.

Na área que compreende a zona rural do atual município entre o Rio Bandeirantes do Norte e os córregos Espigão, Urutaú, José Trigo e Água do Ó, foram vendidos inúmeros lotes rurais, destacando-se os de João de Lara Sobrinho, Alberico Ferreira de Souza, Paulo Roberto V. de Souza, Sebastião A. de Oliveira, Fábio M. Medeiros, Hugo Miró, Renato de Souza Lopes, Zé Paula e Fernando Affonso Camargo.

Sem passar pelo estágio de distrito, o Patrimônio de Interventor Manoel Ribas foi elevado à categoria de município, através da Lei estadual nº 2.473, de 03 de novembro de 1955, com território desmembrado do município de Astorga e denominação alterada para Munhoz de Mello. A instalação oficial ocorreu no dia 14 de dezembro de 1956, sendo primeiro prefeito municipal eleito o Sr. Jorge Ricardo de Lima, também pioneiro da cidade.

Portanto, é com grande júbilo que nesta feliz data, de 03 de novembro/2003, o município de Munhoz de Mello estará comemorando seus 47 anos de emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que vem colaborando sempre e dando o melhor de seus esforços para o engrandecimento cada vez maior de seu município.

#### REQUERIMENTO Nº 2443

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Cruz Machado, pelo transcurso, no próximo dia 14 de novembro, de seus 52 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Alvir Otto, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. Adir Rocco, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Histórico:

Registra-se como primeiros moradores, na região do atual município de Cruz Machado, o polonês Jeromin Durski, que se tornou uma das mais notáveis figuras que a imigração eslava concedeu ao Estado do Paraná. Sua vinda e estabelecimento datam de 1853. A 19 de dezembro de 1910 foi criado o Núcleo Colonial Federal Cruz Machado, "...a Colônia Cruz Machado, foi iniciada com 9681 povoadores polacos, alemães, russos e nacionais, que se dedicaram à extração da erva-mate e a produção de cereais" - (Romário Martins).

A Colônia Cruz Machado se traduziu em importante núcleo regional e se transformou em Distrito Judiciário através da Lei Estadual nº 1735, no dia 22 de fevereiro de 1918, com território pertencente ao município de União da Vitória. Sua ascensão à condição de distrito coincidiu com o fim da Revolta do Contestado, cujos reflexos se fizeram sentir na comunidade cruz-machadense.

Pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, Cruz Machado foi transformado em município autônomo desmembrado de União da Vitória. A instalação oficial deu-se no dia 14 de dezembro de 1952, sendo o primeiro prefeito municipal o Sr. Afonso Nadolny.

Através desta proposição queremos prestar nossa homenagem de reconhecimento à toda população de Cruz Machado, que vem colaborando com a administração do prefeito Alvir Otto, para o constante progresso do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, tem a satisfação de parabenizar a laboriosa população de Cruz Machado, no transcurso da data magna de 14 de novembro, em que comemora seus 52 anos de emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 2447

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do 11º aniversário de emancipação política do município de Itaipulândia, em 10 de novembro deste.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao senhor prefeito municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial e Industrial de Itaipulândia.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O município de Itaipulândia, não obstante sua "juventude", vem, nesses poucos anos, justificando plenamente sua criação, dando amplas condições de vida aos seus munícipes, criando uma marca intensa de qualidade de vida e responsabilidade social. Nada mais justo que o reconhecimento público pela passagem do 11º aniversário de emancipação política deste município progressista.

#### REQUERIMENTO Nº 2459

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal O Diário do Norte Pioneiro, na pessoa de seu presidente, Sr. Franklin Vieira da Silva.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O jornal O Diário do Norte do Paraná, tem se destacado como um veículo de comunicação sério e independente, levando aos paranaenses a realidade dos fatos com profissionalismo e competência.

Por se tratar de um jornal vindo do interior do Paraná, mais precisamente de Maringá, sempre demonstrou seriedade e compromisso com a verdade. Sendo assim, parabenizamos a direção do jornal, na pessoa de seu diretor-presidente, Dr. Franklin Vieira da Silva, e aproveitando o ensejo, elogiamos a iniciativa do jornal O Diário, por estar contribuindo muito com o projeto de iniciativa do deputado Mauro Moraes, contra a falta de segurança em nosso Estado, apoiando de corpo e alma o Movimento Maringá Sem Violência, coordenado pelo jornalista Lindolfo Júnior.

#### REQUERIMENTO Nº 2440

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Anderson Marcelo Choucino.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2441**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado Roberto Requião, solicitando com urgência informações sobre a denúncia realizada pelo presidente do PMDB em Curitiba, senhor Doático dos Santos no dia 23 do mês corrente em uma emissora de rádio local.

Tendo em vista que a questão do pedágio é de suma importância para a população do Estado, além de compromisso emblemático assumido pelo Governo, inclusive com a aprovação da lei autorizando a sua encampação pelo Governo do Estado, vimos, respeitosa-mente, solicitar esclarecimentos em relação ao questiona-mento formulado pelo referido senhor, em 23.10.2003 às 10h15 que reproduzimos "...quanto o senhor Marcelo de Almeida, Diretor do Detran, estaria ganhando de mesada da Ecovia para impedir o fim do pedágio?..."

Trata-se de acusação das mais graves e que merece pronta e esclarecedora resposta não só por parte do governador, bem como das pessoas que protagonizam este fato.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2445**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja solicitado ao secretário de Estado da Educação, maior agilidade na avaliação dos processos dos professores estaduais, os quais solicitam concessão do direito ao avanço vertical nas suas carreiras, em fun-ção da conclusão de curso de especialização.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Visando aprimorar seus conhecimentos para um melhor desempenho profissional e contando com a previ-são de avanço funcional, vários professores da rede pública ingressaram em instituições de ensino para faze-rem cursos de especialização, às suas próprias custas. Alguns, após a conclusão da especialização, encaminha-ram os respectivos diplomas à SEED para fins de acervo. Entretanto os processos continuam sem decisão, sendo que alguns, há mais de cinco anos.

No sentido de solucionar a aflição, não só desses professores, mas de outros que ingressaram ou preten-dem ingressar em cursos de especialização, face a notícia de que alguns professores celetistas (CLT) tiveram reconhecidos os seus diplomas, obtidos nas mesmas instituições, havendo maior remuneração por parte dos mesmos, requer ainda, informação quanto aos critérios para esta avaliação, bem como dos moti-

vos para o não cumprimento da Lei Complementar 77/96, em vigor.

**REQUERIMENTO Nº 2446**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de correspondência ao secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solici-tando estudos da viabilidade de transformação da Exten-são da Unioeste em Campus, no município de Santa Helena, uma vez que a Lei 13.973 de 26.12.2002, que autoriza este procedimento até o presente momento não foi publicada.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação se deve ao fato de que, até o pre-sente momento, a Lei 13.973 de 26.12.2002 que deter-mina a criação do Campus da Unioeste no município de Santa Helena não foi publicada, sendo que no município já existe a infra-estrutura adequada para a implantação, e o mesmo se propõe a arcar com as demais despesas, face a importância desta Universidade para toda a população de Santa Helena.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 643/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Hono-rário do Estado do Paraná ao senhor Carlos Hugo Wolff Von Grafen.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Carlos Hugo, nasceu em 1921, filho de imigrantes alemães - Alberto Hugo e Martha Margarida Engelhardt - que chegaram ao Sul do Brasil na última década do século dezenove em busca de oportunidades de cresci-mento. Iniciou seus estudos no Colégio Evangélico Lute-rano, onde cursou o ensino fundamental e complementar (hoje 1ª a 8ª séries), cursou no Instituto Educacional Independente o 2º Grau. Já aos 12 anos começou a traba-lhar no comércio, na filial em Canoinhas da Empresa Germano Stein S.A.

Aos 18 anos apresentou-se voluntariamente à Aeronáutica em Curitiba na Base Aérea do Bacacheri onde fez os cursos de graduação para cabo e sargento da Aeronáutica na especialização de Defesa Antiaérea,

sendo também professor e instrutor dos Cursos de Graduação entre os anos de 1940 e 1943.

Completo sua formação acadêmica realizando nos “Cursos de Técnico Carlos Zimmermann” os cursos de Administração e Jornalismo em Curitiba.

De 1943 a 1948 trabalhou na S/A White Martins, nos setores de Vendas e Correspondências, passando ainda em 1948 a trabalhar na Importadora Ico Comercial S/A, no setor de Vendas Especializadas, onde permaneceu até 1957.

Neste meio tempo, em 1947 casou-se com a dona Carolina Rezende, em Passo Fundo - RS, trazendo-a para Curitiba.

Conheceu a Cidade Nova (depois Telêmaco Borba), em suas visitas comerciais às Indústrias Klabin do Paraná de Papel e Celulose S/A, onde encontrou o catarinense de Florianópolis, Carlos Leisner, sócio do Dr. Horácio Klabin na Colonizadora Vale do Tibagi, de quem comprou a propriedade do Cine Luz e o incentivou a colocar o cinema na Cidade Nova, que foi inaugurado em 25 de dezembro de 1956.

Durante os primeiros oito anos, foi convidado pelo Sr. Carlos Leisner e pelo Dr. Horácio Klabin para dirigir a empresa Cia Mercantil Paranaense, permanecendo a noite na direção do Cine Luz e iniciando com o seu cunhado Donatilo Lopes de Mattos a Empresa Comercial De Tintas E Materiais De Construções Mattos e Cia Ltda. Também instalou uma empresa gráfica na mesma firma do Cine Luz.

A Cidade Nova na época, apesar de maior que o município de Tibagi, não era oficialmente nem distrito e a violência imperava, colocando em risco a segurança de quem residia na localidade. Com mais cinco cidadãos, Carlos Hugo criou uma Comissão de Emancipação Político-Administrativa da qual foi presidente.

Com o auxílio do deputado estadual Dr. Libanio Cardoso de Castro, traçou as divisas do pretendido município e o requerimento propondo a emancipação da Cidade Nova do município de Tibagi, que foi protocolado na Assembléia Legislativa do Estado. Assim sendo, em 1962 foi criado o novo município que se chamaria “Wolflândia” em homenagem a Wolf Klabin, fundador das Indústrias Klabin do Paraná Papel e Celulose S/A, que teve sua emancipação confirmada pelo então governador Moisés Lupion.

Na ocasião havia uma corrente contrária a essa emancipação, chefiada pelo então superintendente da Klabin, Sr. Péricles Pacheco da Silva e o município passou a ser administrado por dois interventores nomeados pelo governador Lupion.

Porém, em seguida foi nomeado governador o coronel Ney Amintas de Barros Braga, primo do Sr. Péricles Pacheco da Silva, que acabou por anular a criação do município de Wolflândia.

Carlos Hugo e os demais membros da Comissão de Emancipação recorreram ao Superior Tribunal Federal, através do advogado especializado em questões oficiais

Dr. Kioshi Kanaïama. Em junho de 1963 aproveitando a visita do presidente João Goulart à Monte Alegre, Carlos Hugo entregou em mãos ao presidente, um relatório com todos os detalhes, demonstrando as razões da necessidade da emancipação, pedindo as necessárias providências.

Um mês depois, em 23 de julho de 1963, foi oficializada a emancipação e a instalação do município de Telêmaco Borba, nome este dado por Guataçara Borba Carneiro, deputado e presidente da Assembléia Legislativa, que assumiu o governo do Paraná durante a ausência de Ney Braga. Candidato a prefeito na primeira eleição do novo município, Carlos Hugo concorreu com o Sr. Péricles Pacheco da Silva, obtendo 821 votos, contra 1.400 votos do adversário.

Estas foram as primeiras participações políticas de Carlos Hugo na emancipação como presidente da Comissão e como primeiro candidato à prefeito. “Senti a necessidade de proporcionar uma situação jurídica à Cidade Nova e ao novo município, com garantias e obrigações a todos”, lembra o atual prefeito.

Em 1964 comprou do Sr. Arnaldo Pucci a Demacol - Depositária de Materiais para Construção Ltda., deixando a administração da Cia. Mercantil Paranaense. Anexando a Demacol uma Madeireira e passando a exportar madeira, por questões fiscais, foi a Demacol dividida em duas razões sociais a Socil Von Graffen & Cia Ltda. e Madeireira Lujuferr Ltda.

Carlos Hugo conta com orgulho que uma das suas principais vitórias nessa história foi a derrubada da classe política dominante, arenista, em 1976 quando se elegeu prefeito (1977 a 1982).

Considera importante a criação dos quatro Distritos Industriais Municipais, todos em suas administrações, sendo que em seu quarto mandato o distrito industrial ultrapassa 50 alqueires paulistas.

Carlos Hugo lembra outras benfeitorias de seus quatro mandatos: implantação de todos os postos de saúde, de todas as creches, de toda a ação social e de todas as quadras desportivas e ginásios de esportes existentes atualmente no município. Para o atual prefeito de Telêmaco Borba a sua maior recompensa após tanta dedicação à cidade é a expressiva votação alcançada: 22.000 votos na eleição de 2000.

Como também consideramos importante homenagear um político com história tão produtiva e que sempre defendeu os interesses de seu município com honestidade e muita garra é que esperamos o consenso dos demais ilustre membros do Plenário desta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 644/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Governador pelo segundo mandato, Roberto Requião de Mello e Silva, nasceu em 05 de março de 1941, em Curitiba, filho do médico e ex-prefeito de Curitiba, Wallace Thadeu de Mello e Silva e Lucy Requião de Mello e Silva. Casado com a Sra. Maristela Quarenghi de Mello e Silva, pai de Maurício Thadeu e Roberta. É formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná e em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cursou Urbanismo pela Fundação Getúlio Vargas.

Foi deputado estadual (1983-85); prefeito de Curitiba (1986/89); secretário do Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná (1989-90); governador do Estado do Paraná (1991-94); senador da República (1994-2002) com a maior votação proporcional da história do Paraná e eleito governador do Paraná em 2002.

Em seu mandato como prefeito de Curitiba, Requião foi o primeiro prefeito brasileiro a instituir a Ouvidoria Geral. Alterou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal com a criação das freguesias (sub-prefeituras) nos principais bairros da cidade, com autonomia administrativa e financeira para executar obras. Implantou a frota pública de transporte coletivo. Construiu a Vila Vêneto ligando o bairro de Santa Felicidade a Curitiba. Implantou o Mercado Popular, que vendia produtos da cesta básica para a população de baixa renda. Criou a Associação dos Meninos e Meninas de Rua de Curitiba (Assoma) que revolucionou o tratamento às crianças de rua. Na gestão de Requião foram construídos mais Postos de saúde e creches do que em toda a história da cidade. proporcionou participação efetiva da população na definição do Orçamento Municipal.

No cargo de secretário de Desenvolvimento Urbano, Requião implantou o Programa Paraná Urbano, que desenvolveu mais de três mil obras em todos os municípios paranaenses. Neste mesmo período, criou o Projeto de Saneamento Ambiental no Paraná - Prosam.

Em seu primeiro mandato como governador dos paranaenses, seu primeiro ato foi a entrega dos títulos definitivos de propriedades aos agricultores de Pitanga, cuja posse arrasta-se há mais de 70 anos. Implantou o Programa Casa da Família, que construiu mais de 60 mil casas com 50 metros quadrados, em alvenaria, com prestações que não ultrapassam 20% do salário mínimo.

Em parceria com o Exército Brasileiro, construiu a Ferroeste, ligando Cascavel ao Porto de Paranaguá. Implantou o Programa Panela Cheia, com financiamento de safras em equivalência em produto. Para os agricultores paranaenses, a moeda era o milho. Implantou o maior programa de melhoria genética da história do Estado. Foram entregues aos criadores paranaenses mais de 150 mil bovinos de leite e 330 mil ovinos todas as matrizes de raças selecionadas.

Com recursos do Governo do Estado, duplicou a rodovia Curitiba/Garuva, acabando com o chamado corredor da morte. Fez a ligação rodoviária do Sudoeste do Paraná com a Argentina, construindo a ponte Capanema - Andresito. Iniciou as obras da ponte Guaíra-Mato Grosso do Sul, a maior ponte fluvial do Brasil que quando deixou o governo já se encontrava com 90% das obras realizadas. Concluiu a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, tornando o Paraná auto-suficiente em energia. Em sua gestão, iniciou as obras da Usina de Salto Caxias.

O Programa Bom Emprego criou linhas de crédito para investimento às pequenas e médias empresas, resultando na geração de mais de 150 mil empregos diretos. As micro e pequenas empresas foram isentas de tributos estaduais.

Na Educação, o governo Requião treinou professores e fez o maior programa de construção e recuperação de salas de aula. O Programa Escola Oficial, para meninos e meninas de rua, foi levado a todo o Paraná.

No governo Requião foram criados 5 parques ambientais, dobrando a área de preservação do Estado. Nesse período, foi implantado o Programa Paraná Rural, que desenvolveu técnicas agrícolas para recuperação do solo, como readequação de estradas rurais, combate à erosão, plantio de matas ciliares, recuperação de rios nas microbacias em todos os municípios do Paraná. Esse programa tornou-se referência para o Banco Mundial em preservação ambiental e melhoria da produção agrícola.

Por todos os benefícios que o povo paranaense recebeu de Roberto Requião, por seu trabalho intenso e bem sucedido para o engrandecimento de nosso Estado e com a certeza que sua atual gestão será tão positiva quanto a anterior, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis para nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 645/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna preferencial no âmbito dos hospitais públicos e privados no Estado do Paraná, a internação de idosos a partir de 65 anos de idade, disponibilizando em suas instalações "Unidades de Atendimento Prioritário aos Idosos".

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, sua forma de fiscalização, e as sanções decorrentes de seu descumprimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A situação comum de prioridade às pessoas acima de 65 anos em fila de bancos e supermercados não ocor-



rem em hospitais públicos ou privados, também são poucos os que possuem em suas instalações, leitos voltados para o atendimento preferencial para os idosos.

Com a apresentação deste projeto de lei, pretendemos modificar esta realidade, temos a certeza que não trará problemas e transtornos aos hospitais, mas terá um amplo alcance social e minimizará as dificuldades de inúmeros idosos no Estado do Paraná, quando necessitam de tratamento médico. Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 646/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede à avenida Cel. Galdino de Almeida, nº 504, no município de Mariluz e foro na comarca de Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Manoel Ribas, a exemplo das demais APMs, tem por objetivos integrar a comunidade no contexto escolar, representando pais e alunos junto à escola, para melhoria do ensino, bem como promover o entrosamento de pais, alunos, professores e funcionários, através de atividades sócio-culturais-esportivas.

A documentação inclusa comprova que a APM da Escola Municipal Manoel Ribas preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública Estadual, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Cruzeiro d'Oeste; está em efetivo funcionamento há mais de ano; não tem fins lucrativos e presta serviços desinteressadamente à comunidade; sua diretoria não é remunerada. Anexamos, ainda, Ata da Eleição da Diretoria atual, bem como relatório de atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa, para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 647/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Desenvolvimento de Barra Bonita,

com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro na comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento de Barra Bonita, fundada em 1999, objetiva congregar pessoas físicas e jurídicas, residentes e estabelecidas na comunidade, com o fim de promover melhorias na qualidade de vida da população, através de obras e ações direcionadas a pequenos produtos que trabalham em regime de agricultura familiar.

A documentação inclusa comprova que a Associação de Desenvolvimento de Barra Bonita, sediada em Nova Esperança do Sudoeste, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração da Utilidade Pública Estadual, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca Francisco Beltrão, sob nº 2.144 do Livro A-3; presta, desinteressadamente, serviços à comunidade. Sua diretoria não é remunerada, a qualquer título.

Anexamos, ainda, Ata da Eleição da Diretoria atual, bem como relatório de atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa, para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 649/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os veículos roubados, furtados, ou que venham a se envolver em qualquer tipo de sinistro, deverão, pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná:

I - serem desemplacados e a documentação cancelada no caso de veículos envolvidos em sinistro, em que foi declarada perda total do veículo;

II - serem desemplacados e os registros cancelados na base de dados do Detran, quando se tratar de veículos roubados e (ou) furtados.

§ 1º - A autoridade policial responsável pelo registro da ocorrência, informará de imediato ao Departamento de Trânsito Estadual, a ocorrência do fato.

§ 2º - Quando o veículo roubado ou furtado for recuperado, a autoridade policial responsável pela sua recuperação, comunicará ao Departamento de Trânsito Estadual, ficando inclusive, responsável pela sua guarda até a entrega do veículo ao Depósito da jurisdição.

§ 3º - Quando o veículo se envolver com qualquer tipo de sinistro, a autoridade policial responsável pelo registro da ocorrência, comunicará à autoridade de trânsito, o local onde se encontra o veículo.

§º 4º - O Departamento de Trânsito Estadual logo que receba a comunicação de que tratam os parágrafos anteriores, tomará todas as providências para cumprimento do estabelecido no *caput*, além de informar ao Detran - Departamento Nacional de Trânsito tais medidas, para que seja anotado por aquela autoridade no registro do Renavam, o fato ocorrido.

Art. 2º - A nova documentação do veículo recuperado, conterà obrigatoriamente, uma observação, com a seguinte inscrição: "Veículo Recuperado".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a escalada da violência em nosso Estado, e, a incidência de roubo e furtos de veículos, além do que nos mostrou a Televisão Globo em recente reportagem sobre o modus operandi das quadrilhas que agem na área de recuperação de veículos sinistrados, o que já levou as autoridades a tomarem algumas providências; a proposição que ora se apresenta, tem a finalidade de ajudar ditas autoridades, que reclamam por legislação mais eficiente para que possam atuar com mais eficiência no combate de tais crimes.

#### PROJETO DE LEI Nº 650/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o "Programa de Prevenção e Conscientização do Alcoolismo Juvenil" no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Programa de Prevenção e Conscientização do Alcoolismo Juvenil terá como finalidade treinar professores das redes pública e privada, do ensino médio para que atuem como agentes, visando a prevenção do alcoolismo juvenil.

Art. 3º - O Poder Executivo desenvolverá e/ou incentivará os eventos voltados à prevenção e conscientização do alcoolismo juvenil, dentre os quais:

I - capacitação de pessoal de forma ampla e contínua, visando tanto a reflexão teórica quanto à transmissão de conhecimentos temáticos e técnicos;

II - convênios com instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades culturais e/ou educacionais, visando a prevenção e conscientização do uso do álcool;

III - concurso de redação entre os alunos da rede estadual de ensino;

IV - elaboração de material didático sobre o álcool e seus efeitos, composto de apostilas.

Art. 3º - As disposições desta lei integrarão o planejamento educacional e pedagógico do Paraná.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará as disposições desta lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Estado; ficando o governador autorizado a abrir créditos suplementares ou adicionais.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

A Organização Mundial de Saúde considera o alcoolismo como a doença que mais mata no mundo. Como a prevenção têm se mostrado um método eficaz de atuação em diversos problemas de saúde pública, acreditamos que ações direcionadas aos alunos do Ensino Médio, refletirá de uma maneira positiva quando os mesmos estiverem cursando a universidade ou inseridos no mercado de trabalho.

A adolescência, quando geralmente ocorre o primeiro contato com as drogas, é a etapa mais vulnerável do desenvolvimento humano. As instituições de ensino não podem ficar omissas a esta realidade, devendo se preparar não só para a formação intelectual como também para fornecerem a seus alunos informações que os ajudem em sua prática social global. Aliados ao uso do álcool podem estar também associados outros vícios, bem como: violência, estupros e acidentes. Trabalhando com alunos do Ensino Médio a intervenção preventiva ocorrerá, num momento onde os danos, na maioria dos casos, ainda não ocorreram.

A comunicação em suas mais variadas matizes, insere-se num processo contínuo de disseminação do saber: da informação e da conscientização das pessoas enquanto seres sociais, políticos e históricos. Portanto, deve fazer-se presente nas discussões tangentes às problemáticas de nossa sociedade, como o alcoolismo, que não é um assunto só do Brasil, mas de âmbito mundial, porém no Brasil assume um aspecto diferenciado de outros países, pois como as nossas leis vigentes a respeito de consumo e venda de álcool para adolescentes são ineficazes, delineia-se um quadro bastante caótico e preocupante frente ao crescente alcoolismo juvenil. O consumo de bebida alcoólica é uma opção de lazer que pode facilmente ser aliada às outras opções. Existe claramente uma "cultura" de que os encontros têm de ser regados com bebidas alcoólicas pelo seu caráter transgressor que atrai os jovens e por ser um desinibidor que "abre portas" e integra o indivíduo ao grupo, como se fosse um ritual de iniciação. Sabemos que hoje o adolescente é alvo de muitas publicações que tratam dos mais diversos temas como música, sexualidade, comportamento, etc. Há jornais de

grande circulação que encartam semanalmente um suplemento destinado a esse público. As drogas ilícitas estão incluídas na lista de temas abordados para tal segmento. Resta-nos saber se o abuso de bebida alcoólica é abordado nesses suplementos e com que linguagem, ou seja, de que maneira se faz uso desse veículo para fins de prevenção ao alcoolismo juvenil. Há um mascaramento, uma dissimulação velada a respeito da droga lícita, o álcool, reforçado por um ritual de apoio ao primeiro porre e posteriormente o beber socialmente. Não se vêem campanhas contra o álcool nas escolas, universidades, e quando ocorrem como no período do carnaval, enfatiza-se o perigo de dirigir alcoolizado: “você pode beber desde que outra pessoa dirija”.

É sempre o estímulo ao ato de beber. Chega-se ao ponto de usar como estratégia um comportamento seguro para vender bebida alcoólica, esse é o caso do anúncio em outdoor de uma cachaça muito conhecida. “Usar cinto de segurança é uma boa idéia”. Para a professora do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP, Beatriz Carlini Cotrim, o consumo de álcool aumentou entre os jovens e os pais não impõem proibições e limites aos seus filhos: “a sociedade ficou traumatizada com a ditadura e hoje tem dificuldades para estabelecer certas normas” (site sobre alcoolismo). Enfim, os pais deveriam se conscientizar que o álcool já é avaliado como a real “porta de entrada” para o mundo das drogas e os jovens precisam ser orientados a adotar um estilo de vida com menos riscos e um cuidado especial com a saúde.

Esse trabalho pretende atingir a cultura do uso da bebida alcoólica no universo do jovem através do discurso de adidos jovens em recuperação de um grupo de Alcoólicos Anônimos e a abordagem do tema em suplementos para jovens que circulam em grandes jornais do Brasil.

### **Fundamentação Teórica**

As estatísticas mostram que o álcool é de longe a mais perigosa das drogas, responsável por 90% das internações em hospitais psiquiátricos, responsável, ainda, por 45% dos acidentes com jovens entre 13 e 19 anos e por 65% dos acidentes fatais. Provocando 350 tipos de doenças físicas ou psíquicas. Portanto, não há necessidade de ser um matemático para que se perceba o engano ao afirmar-se que os viciados em drogas lícitas também representam um caso grave de saúde pública. O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas - Cebrid, diz que de 15.503 estudantes entrevistados nas capitais do país, 53,2% consomem álcool e 6% são dependentes. Depois de beber, 11% envolvem-se em brigas e 19% faltam à escola. Em outra pesquisa do Cebrid, publicada na Folha de São Paulo, aponta que a faixa etária que apresenta maior índice de dependência de álcool entre homens (18,2%) é de 18 a 24 anos. Essa é a idade que “vê menos risco em tomar um ou dois drinks por semana”.

O consumo de bebidas alcoólicas é tão comum que muitas pessoas não imaginam que elas são drogas poten-

tes. A relação entre álcool e câncer tem sido avaliada no Brasil, por meio de estudos de caso-controle, que estabelecem a associação epidemiológica entre o consumo de álcool e cânceres da cavidade bucal e de esôfago. Além de agente causal de cirrose hepática, em interação com outros fatores de risco, como por exemplo, o vírus da hepatite B, o alcoolismo está relacionado a 4% das mortes por câncer, implicado que está, também, na gênese dos cânceres de fígado, reto e, possivelmente, mama. Os estudos epidemiológicos têm demonstrado que o tipo de bebida (cerveja, vinho, cachaça, etc.) é indiferente, pois parece ser o etanol, propriamente, o agente agressor. Essa substância psicoativa tem a capacidade de produzir alteração no sistema nervoso central, podendo modificar o comportamento dos indivíduos que dela fazem uso. Por ter efeito prazeroso, induz à repetição e, assim, à dependência. Esse aspecto endêmico, tende a piorar se pensarmos que: O álcool faz parte de um mundo simbólico, bacariano de iniciação à vida adulta, sendo estimulado até em momentos ditos familiares como festas infantis, quermesses de igreja, natal. E o que dizer em festa de caráter profano como o carnaval. O estímulo está em toda a parte na televisão com os anúncios das famigeradas cervejas - há até o dia da cerveja - em outdoors, revistas, músicas.

É o poder do dinheiro, do patrocínio das cervejarias e eventos culturais, esportivos - é o paradoxo do paradoxo. Segundo a Dra. Cotrim, “o marketing hoje é voltado para conquistar um público jovem”. O álcool é a droga que mais vicia no mundo, em termos de número de pessoas viciadas, a substância é livremente anunciada em toda a mídia, rádios, televisão, revistas. E o que nos parece mais importante: É exibida como um troféu, parte essencial dos momentos de prazer, vinculada a sucessos financeiros e acertadas decisões. O álcool é um grande negócio, a receita dessa indústria gera milhões anuais no Brasil e a partir do marketing cria-se imagens sedutoras, procurando encobrir os efeitos destruidores que o alto e frequente consumo trazem.

A partir de um projeto do professor Dr. Vigneron da Universidade Metodista de São Paulo. “O papel da comunicação na prevenção do alcoolismo juvenil, na recuperação dos sujeitos alcoólicos jovens no contexto das organizações educacionais” analisar-se-á o papel da comunicação na prevenção do alcoolismo juvenil, assim como, assertivas sobre o assunto em questão. Faz-se necessário definir-se o alcoolismo. Para o leigo é um vício, palavra preconceituosa que provoca a rejeição do sujeito alcoólico. O verbete - do Dicionário Aurélio - vício tem uma conotação negativa muito forte; para comprovar este fato basta ler as definições propostas pelo dicionário da língua portuguesa: “1 - Defeito grave que torna uma pessoa ou coisa inadequada para certos fins ou funções. 2 - Inclinação para o mal (nesta acepção, opõe-se a virtude). 3 - Costume de proceder mal; desregramento habitual. 4 - Conduta ou costume censurável ou condenável; libertinagem, licenciosidade, devassidão. 5 -

Qualquer deformação física ou funcional. 6 - Costume prejudicial.

Quando se fala de alcoolismo, esta carga negativa é muito forte e aumenta o grau de rejeição do sujeito alcoólico. As associações que trabalham na prevenção do alcoolismo e na recuperação do sujeito alcoólico, tais Alcoólicos Anônimos “AA”, “Croix d’Or” e outras, consideram o alcoolismo como uma doença: “O alcoolismo,” segundo Croix d’Or, “constitui progressivamente uma doença caracterizada por uma fragilização do indivíduo antes de atingir uma fase verdadeiramente patológica. Esta fase é precedida de um longo período de distorção que evolui lentamente para a inadaptação e depois para regressão, para no fim chegar a uma estrutura anárquica no qual o fim é a demência ou obtusão intelectual e a catástrofe econômica”.

Em termos de comunicação, talvez um dos melhores trabalhos sobre o alcoolismo que encontramos no Brasil é a biografia de Garrincha escrita por um dos grandes jornalistas brasileiros, Ruy Castro “Estrela solitária”. na orelha do livro lemos. Estrela solitária é uma história de amor, um romance de ação, um documentário social, um drama sobre o alcoolismo, um livro para ser lido com a mesma emoção com que foi escrito”. O alcoolismo de Garrincha tem sua origem na própria cultura da cachaça. Desde cedo ele foi tratado com o cachimbo: “mistura de cachaça com mel de abelhas e canela em pau, posta para curtir numa garrafa envolta de cortiça e pendurada numa viga do teto. O pai certificava antes se a cachaça era da boa. O cachimbo não era usado para fins recreativos ou embriagantes - pelo menos não de propósito - mas medicinais. As mulheres o tomavam durante a gravidez. Depois do parto, continuavam tomando-o enquanto durasse o resguardo. Adultos e crianças o tomavam como purgante, xarope, fortificante e para combater gripes, lombrigas, coqueluche, asma e dor de dente. Aos bebês era dado até como tranqüilizante: uma ou duas colheres antes de dormir para não terem sonhos agitados.

Graciliano Ramos admite em infância ter sido embriagado muitas vezes dessa forma. Amaro o pai de Garrincha foi criado a cachimbo e o próprio foi criado do mesmo jeito. Assim começou o drama da Estrela Solitária.

O alcoolismo é uma realidade complexa e dramática. O alcoolismo é vício, doença, dependência, sofrimento? Michel Legrand quando fala do álcool o compara com “o Diabo e o Bom Deus!, lembrando o existencialismo de Jean-Paul Sartre: “O álcool é conhecido, fabricado e consumido desde tempos imemoriais; é espelhado em todos os recantos do planeta do horizonte da humanidade. Como entender, que na sua subsistência, tem alguma coisa de pouco comum. Alguma coisa de extraordinário, com que sem dúvida pode rivalizar nenhuma droga. O que é? Sua infinita agilidade, sua prodigiosa variedade e heterogeneidade de expressões de paladares, de efeitos. Pode ser celebrado como um favor dos deuses ou ser odiado como um malefício, obra do Satanás. Pode

se consumir pouco, nada, muito, apaixonadamente, até a loucura. Para uns exalta a alegria para outros mergulho na tristeza; para uns torna carinhoso e afetuoso, para outros exacerba a violência; para uns exalta, para outros deprime; para uns levanta até o céu, para outros torna o homem bicho. Talvez ainda opera tudo isso. De um momento para outro num turbilhão desenfreado, muda, modifica os seus efeitos: exaltação, euforia, depressão, tristeza, raiva, medo, remorso, vergonha. Porque e como se abster? Mas também como não ter medo quando o consumo desencadeia num mal-estar autodestruidor do funcionamento alcoólico?”

Talvez por tudo isso quem não passou pelo drama e o sofrimento do alcoolismo entenderá esta problemática. Nota-se na explanação conceitual e reflexiva do professor Dr. Vigneron: A necessidade iminente da comunicação como viabilizadora de um processo construtivo da conscientização dos sujeitos alcoólicos. Segundo a OMS há de se considerar como mais propenso ao uso das drogas o adolescente; Sem adequadas informações sobre o efeito das drogas, com saúde deficiente, insatisfeito com sua qualidade de vida, com personalidade deficientemente integrada, com fácil acesso às drogas.

Segundo um levantamento feito em 1997, o álcool é a droga mais consumida pelos jovens. De 2730 alunos de escolas públicas da Capital ouvidos, 74% o experimentaram pelo menos um vez. As taxas de reprovação coincidem com a intensidade do uso. Quem bebe mais leva mais bomba na escola. Ao contrário do que se imagina, o álcool, e não a maconha, é a principal porta de entrada para as drogas mais pesadas. Aponta também para o meio propício para a busca de transgressões por parte dos jovens.

## Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 648/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As serventias do foro judicial configuram serviço público estadual indelegável e os respectivos cargos são preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único - Ficam assegurados todos os direitos dos atuais titulares, colocados em regime de extinção, permitindo-se a adesão.

Art. 2º- O Tribunal de Justiça, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, encaminhará anteprojeto de lei à Assembléia Legislativa dispondo sobre o quadro permanente e o quadro suplementar das carreiras das serventias do foro judicial, além da forma de adesão e do quadro de custas, ouvindo o Conselho Consultivo.

Art. 3º - A proposta de custas processuais e a forma de adesão serão elaboradas por um Conselho Consultivo, a ser criado para essa finalidade.

§ 1º - O Conselho Consultivo será formada por 07 membros, composto da seguinte forma:

- 02 representantes da OAB-PR;
- 02 representantes das Serventias Judiciais;
- 02 representantes do Poder Judiciário
- 01 representante do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(aa) TADEU VENERI

JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A proposta visa racionalizar uma atividade típica do Estado. Na medida em que o Estado toma para si a responsabilidade da distribuição da Justiça, nada mais lógico que o pessoal burocrático necessário à concreção jurisdicional seja igualmente estatal. O juiz há de ter à sua volta auxiliares evidentemente atrelados a causa pública, ao invés de pessoas movidas por interesses próprios da iniciativa privada. Por isso projeta-se o cumprimento de um dispositivo constitucional específico: o artigo 31 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Brasil reza: “que serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.” Como consequência tributo chamado custas terá o seu destino natural, o erário, e o desdobramento provável será o seu gerenciamento pelo próprio Poder Judiciário, em saudável auto-sustentação.

Por outro lado, não se pode ignorar, por oportuno, que com o advento da Constituição Federal cidadã de 1988, os direitos dos cidadãos ganharam efetivo destaque no texto da Carta Magna. Essas garantias constitucionais proporcionam à população maiores e melhores condições de buscar, no Judiciário, a tutela e preservação dos direitos violados. Individualmente e com maior ênfase, o que se vê, na realidade, é uma avalanche de ações que estrangulam as varas judiciais, posto que a população melhor informada acerca de seus direitos, não hesita em buscar a tutela jurisdicional do Estado-Juiz.

Em face dessa demanda, a realidade é que enquanto as serventias judiciais das grandes comarcas do Estado, em especial Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa faturam elevadas quantias a título de custas processuais, por paradoxal que possa parecer, nas comarcas de pequeno porte do interior do Estado, as serventias enfrentam dificuldades financeiras para se manterem atuando, posto que nas pequenas comarcas predominam as ações beneficiadas pela assistência judiciária gratuita. O que ocorre, então, na realidade, é que enquanto algumas poucas serventias têm faturamento elevado, em outras muitas, os serventuários estão disponibilizando recursos particulares para manterem as regularidades dos serviços judiciários.

É necessário enfatizar ainda, que a oficialização das serventias judiciais proporcionará a todos os serventuários do foro judicial, igualdade de tratamento profissional, posto que serão classificados de acordo com a entrância da comarca e poderão ascender na carreira, observados os critérios de remoção e promoção, tal como ocorre com os senhores magistrados.

A proposta não guarda ranços de radicalismo. Respeita os direitos adquiridos pelos já nomeados, mas concede prazo ao Tribunal de Justiça para regulamentar o quadro de carreiras em níveis verticais e horizontais. A velha tradição brasileira mantém a denominação “escrivão” para nominar o chefe da serventia, fixando seus vencimentos em percentual compatível com a responsabilidade do cargo e a subordinação hierárquica inevitável ao juiz da comarca a que servir.

Finalmente, na valorização do princípio federalista, a proposta inova em busca de solução definitiva para a lentidão do judiciário: impõe um juiz para cada grupo de trinta mil habitantes, incumbindo ao Tribunal de Justiça a adoção do mecanismo de disparo da permanente adequação do Código de Organização e Divisão Judiciária às alterações demográficas que o órgão oficial competente apontar.

Nos Estados como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em que esta medida foi implantada os valores das custas e registros foram drasticamente reduzidas, proporcionando à população maior acesso à Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, e senhores deputados:

Pediria aos deputados que não fizessem aparte neste momento e no final posso conceder um aparte a algum companheiro que assim queira fazer, mas não neste momento.

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, Ponta Grossa e os Campos Gerais já sofreram demais! O nosso Curso de Medicina fechou, vimos estadualizar a Faculdade de Bandeirantes, com o nosso presidente tendo um empenho especial. A cidade fez aniversário e o governador não apareceu; dinheiro para Medicina não tem, mas dinheiro para Foz do Iguaçu, do nosso Líder, o deputado Dobrandino, teve. Todos são recebidos no Palácio Iguaçu, menos nós de Ponta Grossa; a nossa Vila Velha, que já chorou tanto por estar abandonada, continua fechada. O governador vai a todos os lugares, só não vai a Ponta Grossa e a criança que nasceu em Ponta Grossa em 1º de janeiro ainda não recebeu o leite tão prometido. Para tristeza nossa vimos a Câmara Municipal de Ponta Grossa aprovar um voto de repúdio contra o secretário de Estado da Comunicação Social e ao próprio governador do Estado.

Com tudo isso acontecendo, deputado Anibelli, paramos e pensamos: que guerra é essa, quando se fala

tanto em paz?! De onde vem esta indisposição do governo Requião com a nossa cidade e até quando vai durar isso?

Há uma briga criada, por quem e a quem interessa? Quem perde com isso?

Claro, sabemos que quem perde é o Estado, na figura do governador Roberto Requião, a nossa cidade e a nossa região. Então, paramos, refletimos e chegamos a uma conclusão, que é preciso dar um basta nessa situação! Se Requião errou, será que nós também não erramos? E se ambos erraram, até quando vai essa Guerra? E no meio dessa Guerra é importante que alguém faça alguma coisa, porque senão a Guerra não acaba e acabam sobrando vítimas dessa Guerra a todo instante.

Baseado nisso, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, passei a semana que passou e o fim de semana refletindo, conversando com líderes, ouvindo o povo nas ruas, no rádio, e cheguei a uma conclusão: é preciso resolver esse impasse entre Requião e a cidade de Ponta Grossa.

Nossa cidade sempre foi chamada de rebelde, mas acima de rebeldia está a condição de ser a capital cívica do Paraná. Não queremos ver de novo a nossa cidade ser discriminada como num passado recente quando o governo anterior também deixou de participar do momento mais importante da nossa cidade, que era o dia do aniversário da nossa cidade.

Sabemos que o nosso governador não é tão ruim, às vezes é birrento, coloca na cabeça e para tirar é difícil, mas também acreditamos que erros devem ser consertados para o bem de todos, principalmente para o governante.

E é por isso, senhor presidente, que hoje venho a esta Casa para propor uma trégua, propor um momento de paz, um momento de reflexão, Delegado Bradock, de conversa, de sentar à mesa e começar tudo de novo, fazer de conta que hoje é 1º de janeiro e o governo está só começando e que nenhuma ação ainda foi proposta contra a nossa cidade.

É hora de acabar as falações, as acusações, quem é culpado ou quem errou primeiro, o momento é de paz e o momento é de recomeço.

Como deputado conhecido que sou por ser polêmico, por ser briguento, eu dou o primeiro passo em busca de se desfazer esse mal entendido estabelecido ao longo deste ano entre Ponta Grossa e o Governador Requião. Vamos iniciar um novo tempo, tempo de diálogo, tempo de progresso, tempo de obras, do governador voltar a andar pelas ruas de nossa cidade como andou na campanha eleitoral e foi aplaudido pelo nosso povo e foi o mais votado no 2º turno das eleições.

É hora de retirar os adesivos, as placas, os repúdios, o rancor, a mágoa, é hora de restabelecer o respeito entre o governo e governados.

(Lê:)

“Estou propondo hoje, através de uma Indicação de minha autoria, que o Parque Estadual de Vila Velha,

fechado até o presente momento, passe a ser municipalizado e que seja comandado por nós ponta-grossenses, pois Vila Velha está dentro do nosso município.

Que tenha a participação de técnicos do Estado, das ONG's ecológicas, das Secretarias Estaduais, mas que o comando seja entregue à nossa prefeitura, numa demonstração de respeito ao nosso povo e à nossa gente.

Vila Velha aberta e entregue ao município, uma verdadeira fábrica sem chaminé que gerará mais emprego. Os hotéis voltarão a estar lotadas, os estudantes de Turismo da nossa Universidade poderão ser chamados a participar através de convênio de estágio no local como forma de aperfeiçoar seus conhecimentos e contribuir para a preservação do nosso maior patrimônio: as chamadas pedras de Vila Velha.

Com isso, certamente conseguiremos acabar com aquela velha máxima que diz que Vila Velha está há oitenta quilômetros de Curitiba, o que não é verdade, pois Vila Velha está quase no perímetro urbano de Ponta Grossa. Com isso, interligaremos o nosso turismo nos Campos Gerais com as pousadas, com Canion de Guartelá, com o Buraco do Padre com tantas atrações turísticas que farão com que o turista fique pelo menos três dias na nossa região e não volte no final da tarde para Curitiba após somente visitar Vila Velha.

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, chegamos, finalmente, ao momento mais importante deste meu pronunciamento. Vou erguer aqui uma bandeira branca. Esta é uma proposição de uma vida nova, de paz e de progresso. Queremos como deputados que somos, representantes de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais dar o primeiro passo em direção a este momento de reflexão. Estou propondo nesta Casa, deputado Anibelli, deputado José Maria, em nome da cidade, da região dos Campos Gerais um título que ainda não faz parte do curriculum do nosso governador: o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

No sofrimento de algumas decisões tomadas contra os interesses da nossa cidade por parte do governador, que no nosso ponto de vista podem ser reavaliadas num futuro próximo, é que encontramos coragem e determinação e acima de tudo, humildade para oferecer esta homenagem ao governador Roberto Requião.

Que essa homenagem seja a prova de que estamos dando o primeiro passo para uma reconciliação e que nesta nova etapa, que queremos que comece hoje, haja acima de tudo respeito mútuo entre nós. Que esta bandeira branca estendida na tribuna desta Casa, seja o marco histórico no relacionamento da nossa cidade com o nosso governador.

Vida nova. Paz. Respeito. Esperança.

Quem sai ganhando somos todos nós, Ponta Grossa e o governador. Vila Velha municipalizada e dirigida por nós: um sonho que só depende da boa vontade de um homem que o povo escolheu para governar o Paraná.

Título de Cidadão Benemérito do Paraná: é uma rica homenagem para um homem que já foi líder estudantil, que foi deputado, prefeito, senador e governador por duas vezes. É o mínimo que um deputado pode oferecer em nome de seu povo.

Governador Requião, com esse gesto não estamos nos humilhando, estamos apenas demonstrando que somos humildes e queremos começar de novo, que este gesto de respeito traga a paz e principalmente o reconhecimento que V. Exa. haverá de ter por nossa cidade e região dos Campos Gerais.

Que a rebeldia que vivemos até aqui seja entendida como uma defesa natural de todos nós que amamos e que brigamos por nossa cidade, mas também sabemos que tem hora para baixar as armas e juntos levantarmos a bandeira da paz. Este é o grande desejo de toda população de Ponta Grossa e os Campos Gerais. Roberto Requião, Cidadão Benemérito do Paraná, proposição de um deputado que, acima de tudo, quer ver o governador aplaudido e não repudiado pela sua gente.

Tudo que possa ter acontecido é coisa do passado, o presente é a honraria que estamos apresentando e o futuro é Vila Velha municipalizada e nossa e que o curso de medicina possa num futuro próximo ser repensado e ser de novo uma realidade.

Ao encerrar, mais vale a prática de discutir, dialogar e de se respeitar, pois com o respeito e humildade haveremos de consertar este mal entendido que agora é coisa do passado e que nas próximas horas, ou nos próximos dias, possamos ouvir lá do Palácio Iguaçu um chamado que se ouviu na campanha que dizia: me chama que eu vou. Aí sim, todos nós de Ponta Grossa e os Campos Gerais vamos responder que realmente o governador Roberto Requião merece ser chamado de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.” Por iniciativa de uma cidade, de uma região que aí sim vai se sentir respeitada.

Encerro minhas palavras agradecendo essa oportunidade, pedindo apoio dos demais colegas desta Casa, para prestar esta homenagem ao governador. Num momento de crise, num momento de dificuldade, num momento em que só falasões não vão a lugar nenhum, estamos propondo a paz para a nossa cidade. Queremos reabrir o nosso curso de Medicina, queremos municipalizar Vila Velha, queremos que o governador ande pelas ruas de Ponta Grossa, como sempre andou. Este é o nosso desejo. Esta é a nossa intenção. É um passo que estamos dando. Estamos dando um passo pela paz. Estamos dando um passo para recomençar o que nunca deveria ter ocorrido, mas acima de tudo, deputado Anibelli, queremos começar agora um diálogo com o governo.

A cidade de Ponta Grossa é uma cidade importante, os Campos Gerais também, e é isto que nós queremos hoje: não queremos a falação, não queremos a oposição, não queremos as conversas fiadas. Queremos somente o respeito e por respeitar o governador, estamos propondo neste momento esse título que oferecemos ao governador e que nós queremos que toda esta Casa, com

o devido apoio do nosso PTB, na pessoa do deputado Carlos Simões e do Pastor Ailton, haveremos de fazer uma realidade nesta Casa.

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Jocelito, quero dizer a V. Exa. que eu tenho sido um deputado de Oposição, mas nas minhas críticas eu nunca tenho faltado com o respeito com o governador. Então, se alguém está pedindo desculpa para o governador por faltar com o respeito é V. Exa.; não sou eu, porque eu também represento muitos municípios dos Campos Gerais - municípios grandes como Imbituva, sou o deputado mais votado. Então, V. Exa. neste momento não representa a minha pessoa na sua fala, porque eu nunca faltei com o respeito. Eu fiz aqui, sim, críticas.

E eu gostaria de ter a inteligência, a sabedoria de velhos políticos como: deputado Anibal Khury, Teotônio Vilela, Ulisses Guimarães, para eu interpretar aonde V. Exa. quer chegar com o seu pronunciamento. O futuro vai nos dizer. Seria bom que nós prestássemos atenção, porque a linha que rege o homem público, a sua conduta, é a linha de que você deve ser, em cima do respeito, manter uma conduta de trabalho.

Agora, de repente eu vejo um dia V. Exa. com uma fita aqui chamando o governador de mentiroso; no outro dia eu vejo V. Exa. aqui fazendo uma bajulação que até os peemedebistas até não estão se sentindo bem. Não sei, na verdade, talvez eu não devesse pedir esse aparte, mas digo a V. Exa., eu sou um homem irrequieto, sou um homem que não aceita certas condutas, e quero dizer que discordo de V. Exa., votarei contra o seu projeto, discordo da sua conduta, da sua postura, porque certamente, que fique marcado neste dia, dia 27 de outubro, está marcada aqui a data em que V. Exa. começa a perder a eleição de prefeito de Ponta Grossa. Que fique bem guardada esta data para que nós possamos lembrar quando nós assumirmos aqui no ano que vem, porque não é desta forma que Ponta Grossa gostaria, e a região dos Campos Gerais gostaria de ter a conduta do seu deputado. Não pode se faltar com o respeito com o governador, mas também não se pode andar de joelhos como V. Exa. está se prostrando na frente do governador.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Agradeço o aparte, deputado Rossoni, e ficaria preocupado se falasse de conduta, se eu estivesse aqui para vender a Copel há alguns anos atrás. Então, eu ficaria muito triste se eu estivesse neste plenário e tivesse vendido a Copel...

**(Vozes paralelas)**

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Se nós formos pensar em conduta eu teria centenas de assuntos de Ponta Grossa para falar com V. Exa.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Então, eu não vou dar nem importância ao seu assunto, porque o senhor para mim é filhote. Vou usar a palavra aqui, da Oposição, que estão aí as CPI's na Casa, em andamento. Não vou falar, mas o senhor foi líder desse governo.

**O Sr. Antonio Anibelli**

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Gostaria de lembrar a V. Exa. e ao deputado Rossoni que hoje, dia 27 de outubro, faz exatamente um ano que o Luís Inácio Lula da Silva ganhou o 2º turno e Roberto Requião de Mello e Silva ganhou o 2º turno das eleições do ano passado. Um ano é uma data, 365 dias passam rápido e às vezes as datas ficam despercebidas para as pessoas, mas o calendário, na vida, jamais se esquece. É um dia maravilhoso para a democracia brasileira e para a democracia paranaense e é um dia importante também, deputado Jocelito, porque V. Exa. traz a bandeira branca, a bandeira da paz.

Acho que devemos reconhecer os erros. Quem de nós não os cometeu? Atire a primeira pedra quem não cometeu erros ou não cometeu pecados.

Então, deputado Jocelito, a grande coisa que existe no ser humano que os diferencia dos animais está no pensamento e na humildade. V. Exa. está sendo humilde em subir à tribuna com uma bandeira branca, a bandeira da paz.

Nós estivemos sexta-feira passada com os proprietários de terra fazendo manifesto contra as invasões e lá se falava na paz no campo e eu estive ao lado daquelas manifestações, muitas criticando o governador Roberto Requião e eu defendendo tanto os proprietários de terra como contra as invasões e dizendo que a paz no campo tem que ser assumida, sim, não só no campo mas nas cidades, nos legislativos, nos ambientes de trabalho. E lá fui talvez até mal interpretado por pessoas que exigiam que o governador com a Polícia retirassem os sem-terra de uma propriedade quando eles peitaram juiz, promotor, polícia e a polícia inteligentemente recuou.

E eu dizia a eles: “mas querem a paz no campo para o proprietário de terra como eu sou e também quero, mas não podemos querer a paz no campo ao exigir que a Polícia surre, mate ou arrebe alguém para cumprir mandato judicial”. Então, temos que ter os lugares, as horas, a ordem de despejo e a hora da humildade, do recuo, taticamente.

O deputado Rossoni falou em Teotônio Vilela, Ulisses Guimarães, os exemplos de dignidade, de honra de pessoas. Teotônio Vilela saiu da Arena e veio para o PMDB; vejam que humildade dos alagoanos! E foi o homem que marcou época na queda da ditadura militar.

Ulisses Guimarães foi recebido pelos cães de Antônio Carlos Magalhães e chegou a promulgar a Constituição. Pela sua grandeza desapareceu nos mares, porque um túmulo para Ulisses Guimarães só poderia ser no

oceano que é o maior local para abrigar um brasileiro tão digno, tão democrata como foi ele!

V. Exa., deputado Jocelito, hoje propõe uma paz ao governador, ao governador que é um homem que não tem viajado tanto, eu discordo de V. Exa.. Ele tem dito que não tem saído, que tem trabalhado até de madrugada, até altas horas da noite, em favor do Paraná, em favor da reconstrução do Paraná, fazendo aquilo que ele achando que estava errado procura fazer o certo. E também é incompreendido! Mas nós sabemos, deputado Jocelito, que o governador jamais se distanciou de Ponta Grossa, a capital cívica deste Estado. É um homem, talvez o mais inteligente com quem eu tenha convivido, um homem de um alto espírito democrático e um homem justo, ele jamais iria condenar o povo da Princesa do Campos, da capital cívica do Paraná, por atos, às vezes, de rebeldia. Claro que discordamos muitas vezes de V. Exa., quando fez a caminhada a pé, quando nós dizíamos que não éramos contra a Faculdade de Medicina, mas que o momento não era propício e talvez que o investimento não fosse naquela ocasião.

Acho maravilhoso, quero cumprimentá-lo pelo seu alto espírito democrático; V. Exa. tem grandeza, foi prefeito de Ponta Grossa, é casado com uma senhora da minha terra, Clevelândia. E, não sei, que Deus conduza V. Exa., talvez, novamente à Prefeitura de Ponta Grossa. Com esse espírito que V. Exa. abre hoje, aqui na tribuna; V. Exa. abre novamente a possibilidade para chegar a Prefeitura de Ponta Grossa.

Meus cumprimentos a V. Exa.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Muito obrigado, deputado Anibelli.

Às vezes as pessoas falam de conduta, da pessoa, “que a conduta”, mas tem muita gente que fala de conduta e muda de partido também. Quantos já mudaram de partido, aqui. Mudar de partido é uma conduta também. Eu mesmo troquei de partido, o deputado Rossoni era PTB, agora é PSDB, daqui a pouco vai para o PSC, não sei para qual o senhor vai. Agora, quanto às eleições em Ponta Grossa, o senhor pode ter certeza que quem vai decidir vai ser o povo. E o que estou propondo neste momento, aqui, é um momento de reflexão, momento de paz.

Com aparte o deputado André Vargas.

**O Sr. André Vargas**

Acho que essas revisões sempre são úteis, acho que isso é da democracia. Mas queria perguntar a V. Exa. se isso tem alguma coisa a ver com a impugnação da chapa do PMDB, do Jorginho, o que seria essa mudança de posição?

**O SR. JOCELITO CANTO**

Deputado André Vargas, valoroso presidente do PT, não tem nada a ver com a impugnação da chapa do PMDB em Ponta Grossa; não tem nada a ver porque não



me envolvi com o processo eleitoral do PMDB, até porque não faço parte do PMDB. Sou do PT. Mas, quero dizer a V. Exa. que impugnações são normais. V. Exa. venceu as eleições do PT numa impugnação! Então, acho justas as impugnações que acontecem nos processos eleitorais. Agora o senhor compreendeu, não é?

Então, senhor presidente, senhores deputados, deixando de lado isso, peço à maioria dos deputados que aprovem este pedido e eu, deputado Rossoni, tenho minhas divergências. Quero continuar um deputado independente, quero votar aquilo que acho que tenho que votar; quando tiver que brigar, vou brigar; quando tiver que elogiar, vou elogiar; quando tiver que defender, eu defendo; porque não sou Oposição e não sou Situação. Agora, neste momento, acho que é importante para Ponta Grossa termos a oportunidade de nos aliarmos de novo com o governo.

Disse no meu discurso, não sei se o senhor percebeu, que esse gesto não significa que estamos nos humilhando. Ninguém está se ajoelhando na frente do governador, apenas estamos dizendo a ele que queremos recomeçar. Queremos começar tudo de novo, porque quem é que não tem nenhum erro na vida? Algum dos senhores nunca cometeu algum erro na vida? Não. Todo mundo comete erros: o governador comete, nós cometemos, a presidência desta Casa comete. Então, todos cometemos os nossos erros. Não estou fazendo discurso para mim, estou fazendo aqui um movimento para proteger a nossa cidade. Quem sabe amanhã o governador resolva abrir o curso de Medicina que foi uma luta, uma briga do Plauto. Quem sabe amanhã ele aceite a proposta de municipalizar Vila Velha e o que nós queremos é exatamente isto. Não queremos guerra, guerra não vai a lugar nenhum. Queremos discutir, queremos debater, queremos brigar quando tiver que brigar, mas isso não quer dizer que é mudança de postura. Defendo as coisas certas aqui e combato as coisas erradas e vai ser assim sempre, mas vou estar sempre dentro deste plenário defendendo os interesses da minha região.

E quanto a Imbituva, deputado, V. Exa. foi o mais votado. Não sei quantas vezes o senhor já voltou a Imbituva depois das eleições. Mas eu que fiz quinhentos e poucos votos lá, já voltei umas seis ou sete vezes, tentando fazer alguma coisa por Imbituva, que não fui o mais votado.

Tive apenas quinhentos votos. Permito mais um minuto ao deputado Valdir Rossoni.

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Quanto à resposta de Imbituva, tenho certeza que se V. Exa. for cem vezes lá, não levará 10% do que levei de benefício para a cidade de Imbituva. Segundo, quando V. Exa. fala de conduta partidária não é bem a pessoa indicada a falar em conduta partidária porque V. Exa. também trocou de partido várias vezes. Quero dizer a V. Exa. que quando quis aqui me reportar ao seu pronunciamento - e é importante que se fale às claras - não sabe-

mos quando V. Exa. vem à tribuna fazer seu pronunciamento, porque ele divaga, uma hora coloca o governador - que deve ser respeitado, - como mentiroso, e outra hora dá título de cidadão benemérito. Então é isso que eu disse, que gostaria de ter a sabedoria para interpretar, mas o futuro vai fazer com que eu o interprete. Talvez seja a resposta do deputado presidente do PT, talvez um pouquinho do seu pronunciamento esteja aí.

Agora, o pior argumento que um debatedor pode ter, é a agressão quando não tem o que responder.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Para finalizar quero dizer ao deputado Rossoni, que o estou convidando - se assim o povo quiser, para minha posse de prefeito em Ponta Grossa, se assim o povo entender.

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Estarei com prazer, mas acho que V. Exa. está no caminho errado.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

O senhor certamente será convidado para minha posse, se assim o povo quiser. Estou falando de eleições para o ano que vem. Mas, para encerrar, encerro agradecendo a oportunidade e peço a todos os deputados, porque estamos recomeçando. Há momento para tudo. E esse é o momento, que a gente tem que pensar, refletir para o bem da nossa cidade. Nós estamos fazendo esse pedido e esperamos que dê certo. Dei o primeiro passo, tenho certeza que dei o passo certo. Vamos aguardar porque tenho certeza, que quando a gente aja com humildade, quando a gente aja com vontade de querer atender o povo da gente, a gente não está pedindo perdão não, a gente está sendo humilde, coisa mais elegante no homem, é a humildade. E acho que isso nós provamos aqui.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Horário das Lideranças.

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Marcos Isfer.

#### **O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)**

Para registrar a presença do vereador Elizeu Lustosa de Palmas, que se encontra em Plenário.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Devidamente registrado!

#### **O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)**

Só para justificar a ausência do deputado Tadeu Veneri, que se encontra no Rio de Janeiro a serviço da CPI do Banestado.

#### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Obrigado.

Passo a palavra ao PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP.  
(Declinam)

PFL. Concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Hoje pela manhã nós tivemos nesta Casa, a presença da secretária do Planejamento, Sra. Eleonora Fruet. Para poder debater, mostrar e discutir com os deputados e também representantes de entidades o Orçamento para o ano de 2004.

Entre todas as discussões que vimos aqui, uma das grandes preocupações que me veio, foi com relação àquilo que consta no orçamento do Estado do Paraná, em especial. Volto a passar lá no ano passado, ano eleitoral, quando a grande discussão, a grande polêmica era o pedágio nas rodovias paranaenses. Onde o candidato a governador Roberto Requião, levantava a bandeira junto com os caminhoneiros do Estado do Paraná, adesivos nos caminhões e veículos, onde estava escrito “xô pedágio”.

O tempo passou, o governador venceu as eleições com apoio do segmento dos caminhoneiros do nosso Estado do Paraná, que para mim foi a grande bandeira da candidatura do atual governador. E o que aconteceu, assumiu o governo no dia 01.01 encaminhou à Assembleia Legislativa do Paraná, um pedido de autorização para encampar o pedágio no nosso Estado, estamos chegando no 11º mês e até agora nada. Pasmem! Pior do que isso, no orçamento que está aqui para ser votado por nós deputados não consta absolutamente nada de recursos direcionados para encampação do pedágio no Estado do Paraná.

Realmente esse é o verdadeiro estelionato eleitoral. Onde se faz uma promessa e não se cumpre. E o pior, aqui pergunto ao deputado Traiano, o que é que o governador vai fazer com os 10% de aumento que as concessionárias vão começar a cobrar nas praças de pedágio a partir do dia 01.12.

Então está aí uma situação criada, uma conversa fácil, um discurso fácil, que não chegou a lugar nenhum.

Os caminhoneiros, os paranaenses esperam uma posição clara, em cima de tudo aquilo que foi prometido no período eleitoral. E nas estradas, alguns trechos de estradas do Estado do Paraná, está escrito o símbolo do governo do Estado e onde diz “baixa pedágio”, “baixa ou acaba”.

Está nas rodovias aqui que vai para Santa Catarina, placas com esses dizeres, deputado Valdir Rossoni. E nem no orçamento consta nada. Isso mostra que o governador perdeu, foi derrotado numa briga com as concessionárias do Estado do Paraná, porque prometeu e não vai cumprir. O ano de 2003 está acabando, o ano de 2004 está aí e não consta nada no orçamento e ficou claro ontem pela secretária que esteve no momento, eu indaguei sobre os recursos para encampação e faz com que

realmente a população, o eleitor fique cada vez mais incrédulo nas promessas que são feitas pelos políticos, porque ganham as eleições e mudam a linha de conduta, mudam a linha de trabalho esquecendo de coisas que foram prometidas.

O passado. Ora! O passado passou, vamos olhar para a frente, mas “o pedágio baixa ou acaba”. Tenho isso gravado na minha cabeça e na minha consciência e, pelo jeito vai acabar o governo atual e nada vai ser feito nesse sentido. Coitados dos caminhoneiros autônomos, deputado Rossoni, porque eles que reclamam eles que fizeram um grande movimento nesse sentido e, até agora nada de concreto. O pedágio baixa ou acaba. Quem sabe no outro governo que vai assumir o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Valdir Rossoni com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Faria aqui o uso da tribuna, para fazer comentários sobre a questão do pedágio, mas o deputado Plauto lembrou muito bem, aqui, essa questão.

Na verdade, está igual aos transgênicos. Eu hoje, quando via uma multidão de pessoas - usam essas pessoas como massa de manobra, ali tinha agricultura familiar, sem-terra - não tinha ali um grande produtor rural, um representante das grandes cooperativas! Todos nós sabemos, e aí eu quero traçar um comparativo entre o governador e o presidente da República.

O presidente tinha o mesmo discurso do governador contra os transgênicos, mas bem assessorado. Sabe que nós não temos como competir com a globalização, com os países vizinhos que hoje já usam os transgênicos. O presidente deu a mão à palmatória, editou uma Medida Provisória e autorizou a venda e o plantio dos transgênicos.

O governador, na verdade, está querendo ser diferente, mas esta diferença nós vamos sentir no próximo ano, na hora da comercialização da nossa safra.

É importante que fique registrado nos Anais desta Casa, que o governador disse que está negociando com a China a soja paranaense e que a nossa soja vai receber mais do que a produzida no Brasil.

É importante que isso fique registrado, porque no ano que vem, quando for acontecer a comercialização, vamos nos deparar com esse problema, o mesmo problema do pedágio.

É importante que se diga, eu tenho visto se gastar tantos recursos com a “Luz Fraterna”. Quero dizer que dei outro nome à Luz Fraterna: é “Luz Madastra”. Sabe por quê? Atende a 20% dos paranaenses que gastaram menos de 100 quilowatts e 80% estão eliminados desse benefício. Então não é a “Luz Fraterna” é “Luz Madas-tra”.

A outra questão, é a do leite.

Então se pega na mídia e se implanta o Programa do Leite em meia dúzia de municípios do Paraná, enquanto em mais de 300 municípios ele não foi implantado, mas, quem vê as inserções, acredita que isso esteja funcionando.

É importante, estou fazendo esse registro, estou fazendo essa crítica porque o registro é importante no ano que vem, na hora da comercialização da safra.

De repente, no ano que vem, nessa mesma data, aqui virei. Se implantado a “Luz Fraterna”, não a “Luz Madrastra”, voltarei aqui e direi, com todas as letras, direi que o governador, num determinado tempo, cumpriu a sua palavra. Se no ano que vem, ele resolver o problema do pedágio - era para ser no primeiro dia. No debate, era no primeiro dia, mas talvez seja uma expressão errada, e é no primeiro ano. Tem mais alguns meses.

São essas cobranças que acredito serem salutar para a democracia. É salutar para que as pessoas que são candidatas, tenham responsabilidade no que falam.

Quero deixar um desafio ao deputado Jocelito Canto, o homem da bandeira branca. Jocelito, o meu desafio é um desafio elegante. Quem faltou com elegância foi V. Exa. quando lhe faltou argumento para o debate.

Quero lhe dizer sobre a cidade de Imbituva. Vou lhe encaminhar um relatório dos benefícios que consegui àquela população. E, daqui a 4 anos V. Exa. traga seu relatório para vermos quem será o melhor deputado de Imbituva.

Muito obrigado!

#### O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Só queria dizer ao deputado Valdir Rossoni que, se tivesse condições de fazer o que aconteceu com o Banestado no passado - estamos acompanhando a CPI - teríamos muito dinheiro para fazer obras agora.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência não permitiu que o deputado Jocelito Canto...

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Peço dez segundos.

A agressão nas palavras é falta de argumentos do debatedor.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto a Liderança do PDT.

(**Declina**)

PT, com a palavra o deputado André Vargas.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Tivemos hoje uma audiência pública sobre o orçamento e sobre o PPA, com um debate bastante eficiente, moderado, quando apresentamos algumas questões ligadas à saúde pública, ao transporte escolar, inclusive

debate apresentado pelo deputado José Maria Ferreira. Também relacionado à Região Metropolitana de Londrina e de Maringá.

É preciso que nós, deputados, que militamos em todo o Paraná, consideremos a possibilidade de fazer uma emenda para recursos para a Região Metropolitana de Londrina e de Maringá, pois que não há previsão de recursos, nem no próximo orçamento, nem no PPA!

Não estando no PPA, não teremos a Região Metropolitana de Londrina e de Maringá implementadas nem em 2004, nem em 2005, nem em 2006. Foram considerações ligadas também à Emenda Constitucional nº 29, a necessidade do cumprimento por parte do governo, senhor presidente, expurgando os gastos ligados a saneamento básico, à saúde dos servidores, do percentual a ser destinado à saúde pública, conforme prevê os documentos nacionais do Conselho Nacional de Saúde e também procurando dar maior eficiência a esse setor tão carente, demandatário de recursos públicos, já que estão vinculados, esses recursos, a um percentual de 12% para o ano de 2004.

Será um debate profícuo, será um debate interessante, já que é necessário que nós, deputados, tenhamos isso em vista, tenhamos claro de que o Parlamento é um Poder autônomo e independente. No Congresso Nacional a Bancada ligada à saúde fez um movimento forte, uma inflexão forte, pressionou o Governo Nacional para que ele alterasse o orçamento.

O Ministério Público Federal também assim o fez e é preciso que o Ministério Público do Estado também esteja no centro desse debate, para que possamos garantir os recursos públicos para a área da saúde, expurgando tais gestos, conforme compromisso dos ministros para o orçamento federal e do próprio relator do orçamento.

#### O Sr. Marcos Isfer

Concede um aparte, deputado?

(**Assentimento**)

Agradeço o aparte.

Apenas para enaltecer a participação de V. Exa., dos deputados José Maria Ferreira, Arlete, Anibelli, Artagão, Neivo Beraldin, Stica, Duílio Genari, Dobrandino, enfim, todos os deputados que vieram aqui participar, fazer os seus questionamentos, como bem disse V. Exa. e isso é muito importante, porque sabemos que é dessa discussão que pela primeira vez ressalte-se que foi feita uma audiência pública e feita por provocação desta Assembléia e aí tivemos uma série de colocações sendo discutidas, debatidas, o que é muito importante porque este é o momento e o local correto.

A questão do transporte escolar nós teremos que debater com a Comissão de Educação desta Casa; é a questão da saúde que a Comissão de Saúde, deputado Luciano aqui esteve pela manhã e também tem que participar, enfim, as Comissões da Casa interagindo com a Comissão de Orçamento e com a Assembléia para fazer

um bom orçamento como instrumento de gestão do Executivo e de fiscalização do nosso Legislativo.

**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Tenho dito, senhor presidente, que estamos entrando, com a chegada do orçamento, no horário nobre do Parlamento, no momento nobre do Parlamento, no momento em que temos de fato que mobilizarmo-nos e nos defender.

Quero reafirmar, portanto, como membro da Comissão de Orçamento, que tenho me debruçado sobre as perspectivas desse orçamento, o aumento de recurso substancial do erário público, o aumento do PIB paranaense que deve refletir-se fundamentalmente na educação, na saúde, na justiça e ressalta-se na segurança pública. Não pude ainda ver no PPA e no orçamento a perspectiva de aumento do efetivo policial que também esta Casa haverá de se debruçar sobre essa questão porque não é possível discutir uma segurança pública cidadã sem o necessário aumento do contingente de policiais.

Era isso, senhor presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Consulto a Liderança do PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo. **(Todas declinaram).**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 51 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 473/2003, subscrito pelo deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando autorização do Plenário, para participar de uma reunião com deputados federais do Estado do Paraná e representantes do trade turístico paranaense, objetivando inclusão de emendas ao orçamento da União e propostas para incrementos em favor do setor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Indicação nº 116/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando autorizar o Governo do Estado a transferir para o domínio do município de Ponta Grossa, o Parque Estadual de Vila Velha. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de lei complementar de autoria dos deputados Tadeu Veneri e José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 032/2003, veto aposto ao Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que dispõe sobre a prestação de serviços e ações de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado do Paraná, bem como sobre direitos e responsabilidades dos usuários de tal sistema. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/CC Nº 127/2003

Curitiba, 21 de julho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 108/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 176/2003, por julgá-lo eivado de fatores de inconstitucionalidade, conforme motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a prestação de serviços e ações de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado do Paraná, bem como sobre direitos e responsabilidades dos usuários de tal sistema.

Embora reconhecido o alto significado e importância da matéria versada, o projeto de lei em referência não mereceu acolhimento, tendo em vista parecer da Procuradoria Geral do Estado que, analisando a medida, observou a existência de inconstitucionalidade nos dispositivos contidos nos artigos 3º e 4º, por inconstitucionalidade formal (ferem o artigo 66, IV, da Carta Estadual, invadindo competência privativa do governador do Estado) e no artigo 5º porque, ao estabelecer responsabilidades aos usuários do SUS, impondo-lhes restrições, afronta o princípio emanado da Carta Magna da Nação (artigo 196) de que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Vale dizer que ninguém poderá deixar de ter acesso à saúde por descumprimento de quaisquer das responsabilidades relacionadas no mencionado artigo 5º.

Além da apontada inconstitucionalidade, o projeto de lei em causa contém, nos incisos que integram o artigo 2º, dispositivos que, pela forma como estão postos e redigidos, não teriam, caso acolhidos, condições para produzirem efeitos claros e precisos, os quais, por esses motivos, foram considerados contrários ao interesse público.

Assim, como não foi possível apor-se veto parcial, porque dele resultaria lei totalmente omissa, distorcida e conflitante com ela mesma, vetei integralmente o Projeto de Lei nº 176/2003.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 176/2003, encontra-se publicado no DA nº 052/2003, de 25/06/2003 - Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 32/2003

PROJETO DE LEI Nº 176/2003

P A R E C E R :

#### **Histórico**

O Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, estabelece o Código de Direitos e Responsabilidades Sociais dos Usuários do Sistema Único de Saúde.

O projeto de lei foi vetado sob o argumento de que “embora reconhecido o alto significado e importância da matéria versada, o projeto de lei em referência não mereceu acolhimento, tendo em vista o parecer da Procuradoria Geral do Estado que, analisando a medida, observou a existência de inconstitucionalidade nos dispositivos contidos nos artigos 3º e 4º, por inconstitucionalidade formal (ferem o artigo 66, IV, da Carta Estadual, invadindo competência privativa do governador do Estado) e no artigo 5º porque, ao estabelecer responsabilidades aos usuários do SUS, impondo-lhes restrições, afronta o princípio emanado da Carta Magna da Nação (artigo 196) de que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Vale dizer que ninguém poderá deixar de ter acesso à saúde por descumprimento de quaisquer das responsabilidades relacionadas no mencionado artigo 5º.

Além da apontada inconstitucionalidade, o projeto de lei em causa contém, nos incisos que integram o artigo 2º, dispositivos que, pela forma como estão postos e redigidos, não teriam, caso acolhidos, condições para produzirem efeitos claros e precisos, os quais, por esses motivos, foram considerados contrários ao interesse público.

Assim, como não foi possível apor-se veto parcial, porque dele resultaria lei totalmente omissa, distorcida e

conflitante com ela mesma, vetei integralmente o Projeto de Lei nº 176/2003.

#### **Fundamentação**

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual). Todavia, parte de sua motivação é inconstitucional.

Alega o veto que os artigos 3º e 4º dos projetos de lei são inconstitucionais porque estariam em desacordo com o artigo 66, IV da Constituição Estadual, que estabelece a competência privativa do governador.

Os referidos artigos estabelecem competências aos Conselhos de Saúde e à Secretaria Estadual de Saúde.

Todavia, pode a Assembléia Legislativa legislar sobre a matéria, tendo em vista o previsto no artigo 53, inciso X da Constituição Estadual:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

*omissis*

X - criação, estruturação e definição de atribuições das secretarias de Estado;”

Desta forma, o veto ao alegar a competência privativa do governador para legislar sobre a matéria está afrontando o artigo 53, X, da Constituição Estadual.

Por outro lado, razão assiste ao veto no tocante ao disposto nos artigos 2º e 5º do projeto de lei.

O artigo 2º estabelece direitos aos usuários do SUS, todavia, os direitos elencados são grande dificuldade para serem postos em prática, apesar de estarem de acordo com o sistema jurídico.

O artigo 5º estabelece obrigações aos usuários do SUS que são incompatíveis com o disposto no artigo 196 da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Estabelece a Constituição Federal que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, não estabelecendo o texto constitucional qualquer restrição ao direito a saúde, pelo que as obrigações previstas no artigo 5º do projeto de lei são absolutamente inconstitucionais.

Pelo exposto, o veto deverá tramitar por esta Casa de Leis, tendo em vista que foi apostado no prazo legal e segundo a Constituição Estadual deverá ser apreciado obrigatoriamente pelo Plenário desta Casa, devendo este tramitar com parecer favorável desta Comissão.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Para encaminhar, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Este projeto de lei é um projeto que estabelece o código dos usuários do SUS. É um projeto que vem sendo discutido já há muitos anos ao nível do SUS com os Conselhos Municipais de Saúde. No ano passado o Conselho Estadual de Saúde, após uma discussão muito grande com todos os Conselhos do Paraná fez uma resolução estabelecendo este código e posteriormente nos encaminhou este projeto de lei para que apresentássemos na Assembléia e transformássemos em lei o Código dos Usuários do SUS. É um código que traz com certeza a melhoria na qualidade do atendimento, traz mais segurança para quem é usuário do SUS.

Ele garante, entre outras coisas, o internamento nos casos de emergência e urgência em apartamentos, caso não haja vaga em enfermaria; garante ao usuário do SUS que ele tenha direito a saber por quem está sendo atendido; que tenha direito a uma prescrição, a uma receita médica com o nome do genérico; que seja essa receita feita de forma legível ou em letra de forma ou datilografada, digitada, sem abreviações.

Traz entre outras coisas, obrigatoriedade do atendimento gratuito, em nenhuma hipótese pode ser cobrada qualquer coisa pelo atendimento prestado, nem por aplicação de injeção, por inalação, ou por dispensação de medicamento.

Então, é um projeto de lei abrangente e que foi apresentado nesta Casa, teve como relator o deputado Elton Carlos Welter, que fez um substitutivo e deu parecer favorável. Foi aprovado por unanimidade e por um entendimento, foi feito um veto por parte do governador por um entendimento do que era responsabilidade social. É dos usuários do SUS. E, posteriormente, nós pudemos através do líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, ao qual desde já agradeço o encaminhamento que fez buscando entendimento para a derrubada do veto.

Também junto com o deputado Nereu Moura e o secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Xavier, fizemos um entendimento no sentido de estarmos derrubando este veto e aprovando este projeto de lei que com certeza vai beneficiar as pessoas que mais precisam do atendimento do Sistema Único de Saúde, que são os usuários do sistema. Com certeza, tem.

Neste sentido, gostaria de pedir aos deputados da Oposição, aos deputados do Bloco Independente, e aos deputados da Situação que votem “não”. “Não ao veto”. É neste sentido que estamos encaminhando esta votação. A votação pelo “não”.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Para encaminhar, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Em nome do deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, quero solicitar à nossa Bancada filiada ao

Governo, que, em entendimento, como já dito pelo deputado Luciano, entre o secretário da Saúde e o autor do projeto, a Bancada do Governo votará pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas a Mesa quer esclarecer que a derrubada do veto é o voto NÃO e o voto SIM é a manutenção do veto.

Está em processo de votação. Solicito à 1ª secretária, deputada Cida Borghetti, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados votantes: trinta e nove.

Pela manutenção do veto: quatro.

Pela derrubada do veto: trinta e dois.

Dois nulos; um em branco.

**Está aprovado o projeto e derrubado o veto.**

**(Aplausos)**

O SR. DR. LUCIANO (**Pela Ordem**)

Eu só queria agradecer os 32 deputados, que votaram a favor do Sistema Único de Saúde, em favor dos usuários do SUS.

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que institui o Serviço Voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCI, CF E SP.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Padre Paulo Campos, com apoio dos senhores deputados Elton Carlos Welter, Natálio Stica e Reni Pereira, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 19/2003**

Suprimam-se os artigos 10 e 12, do seguinte teor:

Art. 10 - Fica estipulado ainda que em caso de concurso público os voluntários terão direito adquirido em pontos em relação a demais candidatos não voluntários.

Art. 12 - Com referência ao artigo 7º onde dispõe das atividades dos voluntariados, fica a critério dos comandantes da Polícia Militar e do delegado geral inserir outras atividades aos voluntários quando entenderem que os mesmos estejam aptos a desempenharem sem colocar em risco os princípios básicos da segurança tanto da população como do próprio voluntário.

A supressão requer a conseqüente renumeração dos artigos.

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoiamento:

Elton Carlos Welter, Natálio Stica e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 10 do projeto de lei que institui o serviço voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil, fere o princípio constitucional da isonomia, que determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo, dentre outros, o direito à igualdade. Pelo fato de estipular direito adquirido para os voluntários em caso de concurso público, em relação aos demais candidatos.

Este dispositivo coloca os voluntários em posição de vantagem, não só em relação aos demais candidatos, como também em relação aos próprios colegas que, eventualmente gostariam de participar do programa de voluntariado, e que, por algum motivo, fiquem fora da cota máxima permitida.

Portanto, este artigo deve ser suprimido do presente projeto de lei.

Com relação ao artigo 12, este se contradiz com o entendimento de que o serviço de voluntariado instituído, através do presente projeto de lei, se restringe ao trabalho administrativo, como se depreende do artigo 7º.

O serviço prestado não pode ficar sujeito a critérios subjetivos, e ainda, deixar indeterminada e de forma vaga a função a ser exercida pelos voluntários.

Pelos motivos acima expostos, requeremos também a supressão deste artigo.

**O projeto retorna à CCJ.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Marialva, imóvel de sua propriedade conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. **Aprovado o Substitutivo Geral da COPTC, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. **Aprovado o Substitutivo Geral da COPTC, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que

estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado, contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva e irreformável e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2444, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da ordem do dia por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2003, que cria cargos de Agente Penitenciário - Anap, Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o Anexo I da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. **Aprovado o Substitutivo Geral da COPTC, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos deputados Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Durval Amaral e demais deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 531/2003

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 531/2003, de iniciativa do Poder Executivo, acrescenta à redação original proposta, parágrafo único ao artigo 1º, conforme segue:

“Art. 1º -.....

Parágrafo Único - No concurso público para provimento dos cargos de que trata o *caput*, será assegurado, na prova de Títulos e Documentos, contagem de ponto extra para todo candidato que tenha prestado serviços junto ao sistema Penitenciário Estadual, na condição de empregado contratado pelas empresas administradoras das respectivas unidades prisionais.”

Sala das Sessões, em 27.10.2003.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DUÍLIO GENARI, DURVAL AMARAL, VALDIR ROS-SONI, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, RENI PEREIRA, ADEMAR TRAIANO, MAURO MORAES, DOUTOR LUCIANO e BARBOSA NETO.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a partir de 1999, quando iniciada a ampliação do sistema Penitenciário Estadual, as novas unidades prisionais passaram a ser administradas em regime de terceirização, possibilitando a contratação de aproximadamente 850 pessoas;

Considerando que a presente proposição prevê a gestão direta destas unidades prisionais e via de consequência, a contratação mediante concurso público de

1400 agentes penitenciários para suprir as respectivas vagas e outras tantas defasadas no sistema como um todo;

Considerando também que inobstante seja da exclusiva competência do governador o juízo de conveniência e oportunidade para a alteração do sistema de terceirização anteriormente adotado, sabe-se que não dá da sua vontade que a alteração proposta enseje o desemprego em 850 famílias deste Estado;

É que propõe-se a presente emenda aditiva de modo a conferir “peso” diferenciado, na prova de títulos e documentos do referido concurso público, para os empregados das empresas terceirizadas de administração que exercem suas funções no Sistema Penitenciário Estadual, de modo a valorizar a experiência adquirida, avaliações e investigações a que foram submetidos, bem como, o preparo técnico decorrente dos cursos específicos que freqüentaram, supervisionados pela Escola Penitenciária.

**O projeto retorna à CCJ.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2003, que cria na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, os cargos de provimento em comissão, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de Plebiscito diante de propostas de obras e serviços estaduais de grande vulto. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ E COPTC. **(Publ. no DA. nº 001/2003, de 18.02.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 016/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, visa dispor sobre a realização de plebiscito diante de proposta de obras e serviços estaduais de grande vulto. Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 18.03.2003  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 016/2003

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 016/2003, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - A convocação e divulgação do plebiscito ficam a cargo da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A convocação e divulgação ocorrerão, no mínimo, com 90 dias de antecedência”.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tadeu Veneri, visa dispor sobre a realização de plebiscito diante de proposta de obras e serviços estaduais de grande vulto.

##### Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão de Finanças acompanha o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, entendendo que a proposição em tela procura proporcionar aos nossos cidadãos uma participação mais efetiva na vida pública paranaense, ampliando o processo democrático do nosso Estado.

##### Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 16/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.04.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 016/2003

##### P A R E C E R :

De autoria do deputado Tadeu Veneri, o projeto em epígrafe torna obrigatório a realização de plebiscito anual para decidir sobre a conveniência de se realizarem obras e serviços de grande vulto, assim entendidos aqueles que comprometam mais de 5% (cinco por cento) da receita tributária centralizada prevista na Lei Orçamentária Anual do Estado ou tenham grande repercussão para a população ou para a Administração Pública, alterem profundamente a paisagem natural, afetem o meio ambiente e tenham significativo impacto na organização do espaço urbano e rural.

Nos termos do referido projeto de lei, caberá à Assembléia Legislativa, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, individualizar tais obras e serviços.

Se com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o planejamento já se impunha como necessário, hoje, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornou-se imprescindível. Nos termos dessa lei, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.



Isto significa que o administrador público não pode mais arrecadar e gastar sem um programa de governo, que evite a improvisação e contemple obras e serviços prioritários para a população.

Mesmo assim, grandes obras públicas são realizadas, às vezes, sem que atendam às reais necessidades da população.

Em face disso, entendemos que o povo deve ser consultado, mediante plebiscito, sobre matéria de acentuada relevância, inclusive de natureza administrativa, como é o caso das obras e serviços previstos pelo projeto, quando estes comprometam de modo significativo a receita estadual ou tenham grande repercussão para a população ou o meio ambiente. É a consagração da soberania popular, prevista na Constituição Federal (artigo 14, *caput* e incisos I a III) e regulamentada pela Lei nº 9.709/98.

O presente projeto, de autoria do deputado Tadeu Veneri, torna obrigatória a realização de plebiscito anual para decidir sobre a conveniência de se realizar obras e serviços de grande vulto que comprometem mais de 5% (cinco por cento) da Receita Tributária Centralizada prevista na Lei Orçamentária Anual do Estado do Paraná.

A Constituição Estadual cita:

“Art. 2º - A sabedoria popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;”

“Art. 87 - Compete privativamente ao governador:

III - exercer, com auxílio dos secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

VI - dispor sobre organização e funcionamento da administração estadual, na forma da lei;”

“Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

XXI - autorizar plebiscito e referendo, na forma da lei;”

“Art. 15 - Os municípios gozam de autonomia, nos termos previstos pela Constituição Federal e por esta Constituição.”

“Art. 16 - O município reger-se-á por lei orgânica e os seguintes preceitos:

XII - organização das funções legislativas e fiscalizadora da Câmara Municipal;”

O artigo 4º do projeto em análise, abaixo descrito, dá atribuições à Mesa Executiva da Câmara do Município de Curitiba:

“Art. 4º - A convocação e divulgação do plebiscito ficam a cargo da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Curitiba.”

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece nos incisos VI e VII, do parágrafo primeiro, artigo 33, o seguinte:

“Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observadas a competência específica:

§ 1º - À Comissão Executiva compete:

VI - autorizar despesas;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembleia Legislativa e encaminhá-la ao Poder Executivo;”

O artigo 6º do projeto dispõe, que as despesas desta lei ocorrerão por conta da dotação orçamentária da Assembleia Legislativa, suplementada se necessário.

Diretoria Legislativa, em 10.03.2003.”

Não obstante, em nosso entendimento, o presente projeto deve sofrer duas alterações:

a) No *caput* do artigo 1º, deve ser excluída a palavra “anual”. Considerando que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser encaminhado à Assembleia Legislativa anualmente, em se constando as obras ou os serviços de que trata o presente projeto, o plebiscito deve ser convocado. Caso contrário, não há razão para a realização do plebiscito. Daí não ser adequada a exigência de realização de plebiscito anual.

b) No artigo 4º, o prazo mínimo de noventa dias para a convocação e divulgação do plebiscito deve ser reduzido para sessenta (no mínimo!), a fim de que o projeto da Lei Orçamentária contemple o resultado do plebiscito. Ocorre que, nos termos do artigo 22, incisos II e III, o ADCT da Constituição do Estado do Paraná, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser encaminhado à Assembleia Legislativa até 15 de abril e o projeto de Lei Orçamentária até 30 de setembro. Consequentemente, nesse intervalo de tempo (de 15 de abril a 30 de setembro), a Assembleia deverá identificar as obras e serviços que devam ser submetidos a plebiscito, convocá-lo, realizá-lo e comunicar o resultado ao governador do Estado, para que possa, se for o caso, alterar o projeto da Lei Orçamentária, adequando-o ao resultado do plebiscito, antes de enviá-lo a esta Casa.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei com as emendas que acompanham este parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 016/2003

Dê-se ao *caput* do artigo 1º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Art. 1º - É obrigatória a realização de plebiscito para decidir sobre a conveniência de se realizarem obras e serviços de grande vulto”.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

Apoiamento:

Rafael Greca, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 016/2003

Dê-se ao artigo 4º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Art. 4º - À Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compete a convocação e a divulgação do plebiscito de que trata esta lei com, no mínimo, sessenta dias de antecedência”.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELZA CORREIA - Relatora

Apoioamento:

Rafael Greca, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2454, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 016/2003.

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que altera a parte da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar que terão como objetivo transportar alunos da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 007/2003, de 18.03.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 126/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo alterar parte da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar que terá como objetivo transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

Na forma do artigo 24 da Constituição Federal compete à União, aos estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre:

IX - Educação, cultura, ensino e desporto;

XV - Proteção à infância e à juventude.

A Constituição Estadual, em seu artigo 66, prescreve:

- Ressalvado o disposto nesta Constituição, são iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IX - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Por sua vez o artigo 53 da Constituição Estadual relaciona todas as matérias sobre as quais a Assembléia Legislativa pode dispor.

O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90 entre outros, assegura do direito à Educação.

Art. 53 - A criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Em razão da falta de escola próxima de sua residência que se faz necessário o transporte escolar.

A Comissão de Constituição e Justiça é a guardiã da constitucionalidade dos projetos de leis que tramitam neste Legislativo Estadual.

Ressalte-se que o controle de constitucionalidade de uma norma deve ser feito sobre seu aspecto formal e material.

A aplicação exclusiva do artigo 66 da Constituição Estadual, nele enquadrando todas as matérias que façam qualquer referência ao funcionamento das Secretarias e demais órgãos, bem como suas funções, não passa de análise meramente formal.

Analisar a constitucionalidade material de uma norma significa compreender a origem dela e seu alcance social.

Nesse sentido já se manifestou o doutrinador constitucionalista Paulo Bonavides.

“As construções existem para o homem e não para o Estado: para a sociedade e para o Poder, Robespierre, sem embargo da insânia revolucionária que o acometeu nos dias do terror, proferiu uma verdade lapidar quando disse: A Declaração de Direitos é a Constituição de todos os povos”.

O controle material de constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de politicidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da lei, outorga a quem o exerce, competência com que decide sobre o teor e a matéria da regra jurídica, busca acomodá-la ao cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.

É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entendem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto de que ele se ocupa, que é o conteúdo da lei mesma, conteúdo fundado sobre valores, na medida em que a Constituição faz, da liberdade, o seu fim e fundamento primordial”. Bonavides, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Malheiros, São Paulo: 1996. Pág. 269-270”.

É preciso ir ao espírito do projeto de lei para compreendermos a sua importância para os estudantes paranaenses e para as administrações públicas municipais.

A proposição não objetiva legislar sobre organização de secretarias e seu funcionamento.

Em sua essência, a norma busca assegurar a regular e sistemática transferência dos recursos para os municípios, pois são esses que efetivam o transporte escolar.

O projeto também amplia o controle social sobre a gestão e transferência dos recursos do transporte escolar. São frequentes os conflitos entre os municípios e o Estado sobre a transferência dos recursos destinados ao transporte escolar. Nesse sentido, fica evidente o alcance social da norma proposta pelo deputado.

Em seu aspecto material a norma não vem eivada de vício de iniciativa e deve seguir sua tramitação regimental.

O parecer é favorável à tramitação regimental.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 126/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, altera a Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, autorizando o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar que terá como objetivo transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

A Lei nº 11.721/97, está em vigor e até que outra lei a modifique ou revogue, deve ser obedecida e deve nortear as atividades da Administração Pública no que se refere ao transporte escolar.

Oferecer meios para as crianças e jovens chegarem nas escolas é dever do Estado que, ao ofertar o ensino, deve preocupar-se com a educação dos paranaenses.

Não vislumbramos opção de desenvolvimento ao Estado que não investir na Educação e respectiva infraestrutura.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 126/2003.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de creches nas escolas estaduais que possuem cursos noturnos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. (Publ. no DA nº 036/2003, de 20.05.2003).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DIVERGENTE DO APRESENTADO PELO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 281/2003

P A R E C E R :

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, que propõe a obrigatoriedade de instalar e manter creches nas escolas estaduais para os filhos e netos de alunos que estudem nos cursos noturnos.

O propósito da iniciativa do deputado Mauro Moraes efetivamente é louvável e precisa ser implementada. No entanto, nesta comissão, a função do legislador é analisar questão de forma e não de mérito. E neste aspecto há expressa disposição legal no sentido de que a iniciativa de dispor sobre estruturação de órgãos da administração pública é privativa do Executivo.

Nos termos do artigo 66, inciso IV, da Constituição do Estado do Paraná, compete ao governador do Estado propor a criação e estruturação de creches nas escolas estaduais do Estado do Paraná.

#### Conclusão

Sendo assim, em estrita obediência à disposição legal, função que nos compete nesta Comissão Técnica, somos de voto contrário ao parecer apresentado pelo ilustre relator deste projeto de lei, quanto à sua constitucionalidade e legalidade, porém, opinamos pela transformação do presente projeto de lei em Indicação, ao Poder Executivo Estadual.

Sala das Comissões, em, 17.06.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 281/2003

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 281/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de creches nas escolas estaduais que possuem cursos noturnos.

#### Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional e se encontra de acordo com o que dispõem os artigos 205 e 206 da Constituição Federal:

“Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

“Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios;

- A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

#### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 281/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 281/2003, de autoria do senhor deputado Mauro Moraes, tem por desígnio tornar obrigatória a instalação de creches nas escolas estaduais que possuem cursos noturnos.

A justificativa que dá respaldo à convalidação em lei do projeto ora sopesado, alude que, com a instalação de creches em escolas estaduais, a taxa de evasão escolar ficaria reduzida, tornando possível o estudo no período noturno das pessoas menos favorecidas que possuam filhos cuja idade clama por um cuidado ainda maior.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da possibilidade financeira desta medida.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI Nº 281/2003

**Relatório**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de creches nas escolas estaduais que possuem cursos noturnos.

**Fundamentação**

É nobre a iniciativa do deputado autor do projeto, pois visa salvaguardar a um número maior de cidadãos o direito à Educação, que é garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Conclusão**

Diante disto, somos favoráveis ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Dez senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte senhores deputados rejeitam.

**Está rejeitado o projeto.**

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre proibição de inscrição de usuários de serviços públicos em cadastros de devedores e sobre a suspensão de execução dos contratos da administração pública estadual com os denominados "Serviços de Proteção ao Crédito". PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDC. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 029/2003, de 07.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 248/2003

P A R E C E R :

**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 248/2003, em análise, foi proposto pelo deputado estadual Ratinho Júnior, o qual dispõe sobre a proibição de inscrição de usuários de serviços públicos, em cadastros de devedores e sobre a suspensão de execução dos contratos da administração pública estadual com denominados "serviços de proteção ao crédito".

**Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128 parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei versa sobre matéria do consumidor, de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme previsão legal do artigo 24, inciso V e VIII da Constituição Federal, a saber:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

V - produção e consumo;

..

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Desta forma está o estado apto a legislar sobre a matéria proposta; ademais em análise à Lei nº 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, o qual dispõe sobre o desenvolvimento de uma política nacional de relações de consumo, estabelecendo como princípio básico à ação governamental de proteção efetiva do consumidor mediante a presença do estado no mercado de consumo, depreendendo-se que não há insconstitucionalidade no projeto em análise em vista de tratar-se de lei federal (Código de Defesa do Consumidor) e a proposta estadual em comento.

Por outro lado, em análise também quanto à competência da iniciativa nada impede que seja o assunto pro-

posto, iniciado pela Assembléia Legislativa do Estado, não possuindo o presente projeto vício de origem.

#### **Da Conclusão**

Diante do exposto, esta comissão de Constituição e Justiça, apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 248/2003, objeto desta análise, não tendo sido observado, data vênua, inconstitucionalidade quanto à forma e quanto à iniciativa.

Sala das Comissões, em 03.06.2003  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 248/2003

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, dispõe sobre proibição de inscrição de usuários de serviços públicos em cadastros de devedores e sobre a suspensão de execução dos contratos da administração pública estadual com os denominados "serviços de proteção ao crédito."

#### **Fundamentação**

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da douta Comissão acima referida. O projeto em análise é de grande substância aos interesses sociais e se enquadra dentro dos dispositivos constitucionais de proteção à pessoa.

#### **Conclusão**

Assim sendo, somos pelo parecer favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 18.06.2003.  
(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
VANDERLEI IENSEN- Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 248/2003

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, apresenta uma vasta exposição de motivos e está muito bem justificado quanto ao mérito.

Pelas razões expostas pelo autor, entendemos que o projeto deve merecer a aprovação deste Legislativo, pois vem ao encontro do direito e em defesa do consumidor.

Isto posto, somos favoráveis à sua aprovação.  
Este é o parecer!

Sala das comissões, em 22.09.2003.  
(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
AILTON ARAÚJO - Relator

## **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia e seus familiares e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHC E CSP. (Publ. no DA. nº 052/2003, de 25.06.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 370/2003

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Doutor Luciano, visa proibir a discriminação aos portadores de epilepsia e de seus familiares. Ainda no parágrafo único do artigo 1º do projeto a proposição, relaciona as diversas hipóteses consideradas discriminatórias aos portadores de epilepsia, e no artigo segundo propõe que é de responsabilidade de todos os setores, públicos e privados, bem como do cidadão em geral, disseminar informações visando combater a discriminação e o estigma.

#### **Voto do Relator e Fundamentação**

O artigo 24, inciso XIV da Constituição Federal dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. No entanto, a matéria de direito penal é de competência privativa da União, nos termos do artigo 22, da mesma Lei Magna. Desta forma foram concebidas diversas leis federais, como a nº 7116, a nº 8081 e a nº 9459. Todas tipificam crimes e fixam penas por atos discriminatórios. Ademais, o Brasil é signatário da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contrás as Pessoas Portadoras de Deficiência, nos termos do Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001.

A presente proposição tem como proposta inovadora legislar especificamente quanto ao tratamento dispensado aos portadores de epilepsia. Resta, pois, interpretar a abrangência da presente proposição, a qual veda diversos atos considerados discriminatórios, no entanto não fixa qualquer punição em caso de infração. Nos termos jurídicos é, portanto, uma norma branca, cujo descumprimento não provoca uma sanção. Qual seria o remédio jurídico para uma eventual ofensa à lei? Requerer eventualmente indenização com base no Código Civil. Pois em matéria penal em nada inova. E nem poderia legislar a nível estadual. Certamente para não adentrar em matéria penal, o autor optou em não fixar penalidades. No nosso modesto entendimento, é uma lei de pouca utilidade. No máximo com função pedagógica.

Porém, entendemos que isto é questão que deverá receber melhor análise na Comissão de Mérito.

Por entendermos que há competência deste legislativo estadual nos termos da proposição apresentada, ainda que questionável quando à sua utilidade, nesta

Comissão, somos pela legalidade e constitucionalidade do projeto.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável pelas razões acima expostas.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 370/2003

**P A R E C E R :**

**Relatório**

Visa o Projeto de Lei nº 370/2003 proibir a discriminação aos portadores de epilepsia, seus familiares e a sua inclusão social através da disseminação de informações que combatam tal discriminação.

**Fundamentação**

Em tempos modernos, prevalece a política de inclusão social. O projeto do nobre deputado Doutor Luciano é bastante oportuno, na medida em que procura, de forma objetiva, criar condições para que a inclusão social, mais que uma política, se torne uma prática.

**Conclusão**

Somos integralmente favoráveis, na condição de membros da Comissão de Direitos Humanos, à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 370/2003

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Doutor Luciano, tem por objetivo proibir a discriminação aos portadores de epilepsia e seus familiares.

**Fundamentação**

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei nº 370/2003, pois a epilepsia passou a ser considerada um verdadeiro problema de saúde pública. É sabido que aproximadamente 100 milhões de pessoas terão a doença em algum momento de suas vidas e 5% da humanidade terá pelo menos uma crise epilética durante a vida.

**Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 370/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.06.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente

NELSON TURECK - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que torna obrigatórios o hasteamento da bandeira do Estado e a execução do hino do Estado do Paraná nas escolas públicas do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CECE. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 064/2003, de 26/08/2003)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 486/2003

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei nº 486/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, torna obrigatório o hasteamento da bandeira do Estado e a execução do hino do Estado do Paraná nas escolas públicas do Estado.

O deputado Alexandre Curi justifica muito bem a sua proposição, que propõe cultivar, nos alunos das escolas públicas de ensino médio e fundamental, noções de conduta cívica e o respeito aos símbolos do Estado, sendo de suma importância a formação de jovens que reconheçam o sentimento de amor e defesa do nosso Estado.

No conteúdo do projeto de lei não foram encontrados impedimentos constitucionais que possam barrar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 486/2003

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 486/2003, de autoria do nobre deputado Alexandre Curi, torna obrigatório o hasteamento da bandeira do Estado e a execução do hino do Estado do Paraná, nas escolas públicas do Estado.

O amor e respeito pelos símbolos do Estado solidificarão ainda mais a formação dos jovens paranaenses, uma vez que é dever da sociedade preparar para a cidadania as nossas crianças e nossos jovens, instrumentalizando-os pelo conhecimento, condição essencial para a participação consciente da construção de uma sociedade democrática.

Considerando que após análise pela douta Diretoria Legislativa desta Assembléia que na matéria ora em discussão, não foram encontrados impedimentos constitucionais que barrassem a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes, considera extremamente relevante o mérito da proposição.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

**ITEM 14**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 078/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que propõe a criação do projeto "A Casa do Vestibulando". PARECER FAVORÁVEL DA CECE. EM ANEXO O PROJETO DE LEI Nº 194/2003. **Aprovada. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08/04/2003 - Projeto de Lei)**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
INDICAÇÃO Nº 78/2003

**P A R E C E R :**

A Indicação 78/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, sugere ao chefe do Poder Executivo a criação do Projeto "A Casa do Vestibulando".

A Indicação está proposta nos termos do que dispõe o artigo 128 do Regimento Interno.

Trata-se de sugestão destinada à inclusão social dos estudantes que não têm recursos financeiros para arcar com os custos de cursos pré-vestibulares.

Sem dúvida, essa carência existe em razão da precariedade da escola pública, haja vista que os cursos pré-vestibulares só alcançaram destaque após o sucateamento da escola pública. Até então, o ensino público era conceituado e concedida aos estudantes aptidão suficiente para ingressar no ensino superior.

Diante da real necessidade de apoiar os estudantes da rede pública, ofertando-lhes igualdade de condição no acesso ao ensino superior, emitimos parecer favorável à tramitação da Indicação nº 78/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 15**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 086/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori, que sugere ao senhor governador do Estado do Paraná o enquadramento dos professores da Universidade Estadual de Maringá que ministram cursos para as comunidades interna e externa, conforme segue: COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2003, de 02/09/2003).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
INDICAÇÃO Nº 86/2003

**P A R E C E R :**

A presente Indicação em análise, de autoria do nobre deputado Luiz Nishimori, tem por objetivo propor ao senhor governador do Estado do Paraná o enquadramento dos professores da Universidade Estadual de Maringá que ministrem cursos para as comunidades interna e externa.

Quanto aos aspectos sobre o qual este parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado do Paraná.

Somos portanto, de parecer favorável à sua aprovação na forma proposta.

Sala das Comissões, em 20.10.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
NELSON TURECK - Relator

**ITEM 16**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 096/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que solicita construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Vicentina São Vicente de Paulo em Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22/09/2003).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
INDICAÇÃO Nº 96/2003

**P A R E C E R :**

A presente indicação em análise, de autoria do nobre deputado Doutor Luciano, tem por objetivo propor ao senhor governador a construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Vicentina São Vicente de Paulo em Paranavaí.

Quanto aos aspectos sobre o qual esta Comissão deve se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado do Paraná.

Somos portanto, de parecer favorável à sua aprovação na forma proposta.

Sala das Comissões, em 20.10.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
NELSON TURECK - Relator

**ITEM 17**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 097/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que solicita a adoção da vacina contra a varicela pelo Sistema Único de Saúde no Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22/09/2003).**

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
INDICAÇÃO Nº 97/2003

**P A R E C E R :**

A presente Indicação em análise, de autoria do nobre deputado Doutor Luciano, tem por objetivo solicitar providências do Exmo. Sr. governador do Estado, no sentido que o Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná adote a vacina contra a varicela.

Sabedores que somente no ano de 2001 foram atendidas 7.813 pessoas com varicela e que o Ministério da Saúde já disponibiliza a vacina no Centro de Referência Especializado no Atendimento a Imunodeprimidos (CRIE), mas o objetivo do autor é a adoção da mesma, como rotina, para todas as crianças paranaenses acima de 12 meses de idade, como recomenda a Academia Americana de Pediatria.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável à meritória proposição do deputado Doutor Luciano.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2441, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARAES (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2420 e 2421, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2436, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2437 e 2443, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2440, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2445 a 2447, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2452, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2453, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2455, de autoria dos deputados Artagão Júnior, Ailton Araújo e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2459, de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência informa ao senhores parlamentares e funcionários desta Casa, que amanhã comemora-se

o dia do Funcionário Público. Esta Casa dará o devido descanso aos funcionários na próxima sexta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 123, 329 e 352/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 126, 248, 370 e 486/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 389, 402, 512, 562, 537, 591, 593, 601, 618, 620 e 629/2003.

Marco ainda uma comemoração ao 14º Aniversário da Inauguração do Templo da Boa Vontade da Legião da Boa Vontade.

Levanta-se a Sessão.

### Atas de Comissões:

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor deputado Nelson Justus apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 108/2003, 518/2003 e 525/2003 que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às 14h00, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores depu-



tados: Francisco Bühner, Elza Correia, Ratinho Júnior, e o presidente da Comissão, deputado José Maria Ferreira, com intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: Primeiramente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (10ª Reunião Ordinária), na seqüência o senhor deputado Ratinho Júnior, pede dispensa, todos aprovam; então o senhor presidente, deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, na ordem da pauta, que expusessem seus pareceres: 01) Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Elton Carlos Welter, que na ausência na presente reunião, fez em seu lugar a relatoria, o senhor presidente José Maria Ferreira, sendo: parecer FAVORÁVEL - APROVADO, na forma da emenda substitutiva. 02) Projeto de Lei nº

329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relatora deputada Elza Correia. 03) Indicação nº 101/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator, deputado Francisco Bühner. 04) Indicação nº 102/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator, deputado Ratinho Júnior. Nada havendo mais nada a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária